

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Articulação Local e Territorial em projetos de desenvolvimento rural

SOPHIA SARTORI

Orientadora: Profa. Zilma Borges de Souza

São Paulo – SP

2017

Resumo

O objetivo central deste trabalho é compreender as dinâmicas territoriais rurais geradas pela adoção da agroecologia na região de Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, em São Paulo, para analisar a contribuição destas para a região e para os agricultores. Para tanto, buscou-se compreender o território analisado, os atores envolvidos, as motivações para a adoção da agroecologia e as dinâmicas territoriais geradas. As diferentes noções sobre território e agroecologia são referenciadas ao longo da pesquisa, além de serem apresentados características e dados do Vale do Ribeira e de Barra do Turvo. A metodologia adotada nesta pesquisa tem enfoque qualitativo, com a utilização de diversas técnicas de levantamento de dados, desenhadas a partir de um percurso exploratório através da participação de cursos e conversas informais com atores envolvidos na temática de agroecologia. A seguir, para a atualização do debate e a problematização de conceitos, foi realizado estudo bibliográfico sobre agroecologia, território e dinâmicas territoriais com base em autores chave, teses e pesquisas acadêmicas; análise de documentos institucionais e governamentais e pesquisa de campo. As análises do material foram realizadas atentas à característica dos métodos qualitativos que estabelecem a atuação do pesquisador em campo como parte da produção de conhecimento e consideram as reflexões do pesquisador e suas observações, como dados em si mesmos. Como resultados da pesquisa observou-se dinâmicas territoriais impulsionadas pela agroecologia sumarizadas em quatro dimensões distintas: ambiental, econômica, político-institucional e sociocultural. Essas dinâmicas levaram a alterações, nos modos de produção, ampliação de alternativas de geração de desenvolvimento local e ampliação de espaços de sociabilidade, assim como melhoria na vida dos agricultores advindas da adoção das práticas agroecológicas. Ao mesmo tempo registrou-se problemas e desafios como a diminuição ao longo do tempo do número de agricultores que praticam a agroecologia, o crescimento de atividades econômicas ligadas ao agronegócio e a falta de incentivo do governo local às atividades agroecológicas e agroflorestais. Como contribuição final, pode-se ampliar o conhecimento acerca das dinâmicas territoriais rurais e sistemas agroflorestais representados pela agroecologia, acrescentando elementos concretos ao debate sobre a questão rural no Brasil.

Palavras-chave: Território, Dinâmicas Territoriais Rurais, Agroecologia, Agrofloresta, Vale do Ribeira.

Sumário

1. Introdução	5
2. Fundamentação Teórica	8
2.1 Agroecologia	8
2.1.1 Concepções sobre Agroecologia	10
2.1.2 Agroecologia no Brasil	14
2.1.3 Políticas públicas relacionadas à Agroecologia	16
2.2 A perspectiva territorial	19
2.2.1 Concepções sobre território.....	19
2.2.2 Dinâmicas territoriais.....	22
3. Método de pesquisa	24
4. O território estudado: o Vale do Ribeira	27
4.1. Barra do Turvo	28
4.2 A Agroecologia no território estudado e a Cooperafloresta	32
5. As dinâmicas territoriais: dimensões ambiental, econômica, político-institucional e sociocultural	36
5.1 A dimensão ambiental	36
5.2 A dimensão econômica	38
5.3 A dimensão político-institucional	42
5.3.1 Certificação.....	42
5.3.2 Aspectos socioinstitucionais.....	43
5.4 A dimensão sociocultural	46
5.4.1 Qualidade de vida	46
5.4.2 Sociabilidade.....	49
6. Considerações finais	52
7. Referências	55
8. Anexos	62

1. Introdução

A atividade agrícola no Brasil permanece tão importante quanto complexa, devido a diversidade do meio rural, a existência de interesses divergentes e principalmente devido ao relevante papel que desempenha no contexto de desenvolvimento do país. Dentre as modificações no campo, sua evolução e modernização, vale pontuar aspectos que caracterizam essa realidade e ainda como esta vem sendo construída, tanto do ponto de vista social quanto institucional.

Como a literatura tem fartamente mostrado, a existência de uma profunda desigualdade no meio rural, baseada em um padrão de concentração de riqueza marcado por constantes disputas por acesso à terra, faz-se presente durante toda a história brasileira. Esse e outros traços, como a predominância dos grandes latifúndios, permanecem no tempo com roupagens e significados próprios à cada contexto, acarretando características notáveis como a presença dominante das grandes explorações agrícolas voltadas para a exportação, sumarizados pelo agronegócio.

A modernização do campo, difundida a partir da "Revolução Verde" na década de 70, trouxe consigo diversas modificações no que diz respeito às formas e práticas de produção, baseadas na utilização de insumos químicos, como fertilizantes e defensivos químicos-agrotóxicos-, na utilização de sementes modificadas, na alta injeção de capital, na mecanização e na produção em larga escala. Ao modernizar, configurou desigualdades dentro do ambiente rural e provocou diversas mudanças no campo, uma vez que deixou de lado os pequenos produtores e também impôs um método de produção distinto do que vinha sendo realizado até então. Estruturou-se, portanto, um cenário de contrastes e conflitos, o que inaugurou uma série de movimentos e organizações de contestação a esse modelo produtivo.

Dentre as práticas que compõem a agricultura no país, a agricultura convencional continua a ocupar uma posição destacada, tendo em vista a participação dos *commodities* na economia brasileira. Nota-se diversos impactos ambientais e sociais que decorrem de sua atividade, sendo que esses impactos são acompanhados de movimentos e pressões populares por parte de agricultores, ambientalistas e pessoas de outros campos de estudo que buscam, desenvolver uma agricultura mais humana e consciente, social e ambientalmente.

A criação de uma alternativa de desenvolvimento agrícola que propicie formas ecológicas, sustentáveis e socialmente justas continua sendo um dos desafios contemporâneos. No entanto, com o reconhecimento social acerca da agricultura familiar, a partir da aprovação da Lei 11.326/2006, e o seu desenvolvimento, outro cenário passou a se configurar, uma vez que atualmente a agricultura familiar corresponde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o país (PORTAL BRASIL, 2015). Quanto às práticas alternativas de agricultura não convencionais que são englobadas na interface da agricultura familiar, foi se difundindo cada vez mais práticas alternativas

de produção, intituladas de práticas de agricultura sustentável. A produção orgânica é uma das facetas que compõe o movimento da agricultura sustentável, ao lado da agricultura natural, a biodinâmica, a biológica e por fim, a agroecologia (BORGES, 2012).

A agroecologia ocupa cada vez mais espaço no Brasil e vem sendo, a partir de pressões da sociedade civil, reconhecida pelo governo. A modificação das práticas agrícolas, no entanto, continua a ser um desafio, visto que exige que os modelos de desenvolvimento articulem a geração de riqueza com outros objetivos, como a preservação ambiental e a redução da pobreza no meio rural, de modo que necessitam ser pensados e repensados ao longo do tempo. Esses modelos não são facilmente delimitados, principalmente quando inseridos no contexto brasileiro, caracterizado pela diversidade e multiplicidade de características e interesses em jogo.

Nesse sentido, outro aspecto de interesse neste debate é a lógica territorial, na busca de uma compreensão mais legítima das diferenças no Brasil rural e de como a agroecologia se insere nestes diferentes contextos. Para isso, faz-se necessário analisar a concepção do território, que aparece cada vez mais como uma entrada privilegiada para compreender como a agroecologia vem sendo desenvolvida, uma vez que revela as realidades vividas através das dinâmicas existentes. Isto será desenvolvido neste trabalho, com o apoio de autores de referência sobre o tema como Piraux (1999), Jacques Lévy (2003), Michel Lussalt (2003) e Raffestin (1980).

Para compreender as dinâmicas territoriais rurais geradas pela adoção da agroecologia, a pesquisa de campo foi realizada no município de Barra do Turvo na região do Vale do Ribeira em São Paulo. A escolha foi definida em razão de que o município vem ao longo do tempo chamando a atenção de pesquisadores, universidades e teóricos da área da sustentabilidade devido às práticas agroecológicas que vem sendo realizadas pelos agricultores desde o final dos anos 90. Além disto, sua localização próxima à São Paulo permite o deslocamento para a realização de entrevistas e observação, como será relatado na metodologia de pesquisa utilizada.

Logo, a partir da atenção à perspectiva territorial, o objetivo desta pesquisa é compreender as dinâmicas territoriais rurais geradas pela adoção da agroecologia na região de Barra do Turvo em São Paulo, para analisar a contribuição destas para a região e para os agricultores, respondendo à seguinte questão de pesquisa: Quais dinâmicas territoriais rurais são geradas pelo Sistema Agroecológico na região de Barra do Turvo em São Paulo?

A Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis, Cooperafloresta, foi considerada um objeto importante de análise pois representa um ator fundamental no desenvolvimento da agroecologia no território estudado e, sobretudo, representa as relações estabelecidas entre os agricultores agroecológicos, as redes de circulação, comercialização e socialização envolvidas, de modo que é aprofundada ao longo da pesquisa.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: após a introdução, no segundo capítulo é apresentado o referencial teórico que guiou o estudo. Neste, são discutidas diversas perspectivas relacionadas à agroecologia e à perspectiva territorial.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia, orientada por vertente qualitativa, que permitiu compreender o contexto e as dinâmicas territoriais relacionadas à agroecologia no Vale do Ribeira em São Paulo.

O quarto capítulo, foi desenvolvido a partir do estudo de campo, com a apresentação do território e de aspectos centrais do desenvolvimento da agroecologia neste. A análise da pesquisa e a discussão em relação aos temas percebidos como centrais no referencial teórico são apresentados em sequência. A ênfase central da análise está nas dimensões econômicas, ambiental, sociocultural e político-institucional, que permitiram revelar parte das dinâmicas impulsionadas pela agroecologia no território.

Por fim, nas considerações finais são avaliados os principais resultados de todo o estudo e sintetizadas as contribuições trazidas.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Agroecologia

Determinadas práticas e concepções sobre agricultura vem sendo desenvolvidas, buscando formas alternativas de produção, a fim de não só suprir as necessidades alimentares existentes, mas também necessidades ambientais e demandas sociais. Dentre essas práticas e conceitos, a agroecologia merece destaque por ser uma prática que vai além das técnicas de produção, buscando atender a demandas sociais, ambientais e culturais. Além disto, é crescente a sua adoção por agricultores e a inclusão em políticas públicas e no campo científico.

Ao longo do tempo, o termo Agroecologia foi sendo utilizado de diversas formas, com diferentes significados e acepções. De acordo com o estudo desenvolvido pelo INRA (Instituto Nacional da Pesquisa Agrônômica) francês que analisou a evolução histórica da disciplina científica da agroecologia em diversos períodos e contextos geográficos, a partir de uma análise bibliométrica quantitativa notou-se que o termo Agroecologia passou por três distintas interpretações ao longo do tempo: como disciplina científica, como movimento ou como prática. As primeiras aparições do termo Agroecologia nas produções acadêmicas se deu entre as décadas de 1930 e 1960, em que se referenciava o termo como uma disciplina puramente científica. Nesse período os artigos e outras publicações acerca da Agroecologia eram, exclusivamente, escritos por pesquisadores da Alemanha e dos Estados Unidos da América (WEZEL et al. 2009).

Na sequência dos movimentos ambientais na década de 1960 que foram contra a agricultura industrial, a Agroecologia evoluiu e promoveu movimentos agroecológicos mais fortemente na década de 1990. Como uma prática agrícola, ela surgiu em diversos países tanto na Europa quanto na América (como França, Alemanha, Brasil e EUA) na década de 1980 e na maioria das vezes essa aparição estava interligada com movimentos do campo. Nesse ínterim, observou-se que durante as décadas de 1970 e 1980, a Agroecologia como ciência expandiu-se e, nos anos 90, tornou-se institucionalizada e consolidada (WEZEL et al. 2009). Desde os anos 2000, definições mais amplas forneceram a base para novas dimensões em Agroecologia, sendo que durante as duas últimas décadas, a variedade de tópicos tratados cresceu significativamente, sendo abordada por diversas facetas e em circunstâncias distintas. A figura abaixo sintetiza as três interpretações predominantes do termo e sobre qual objeto essas são embasadas.

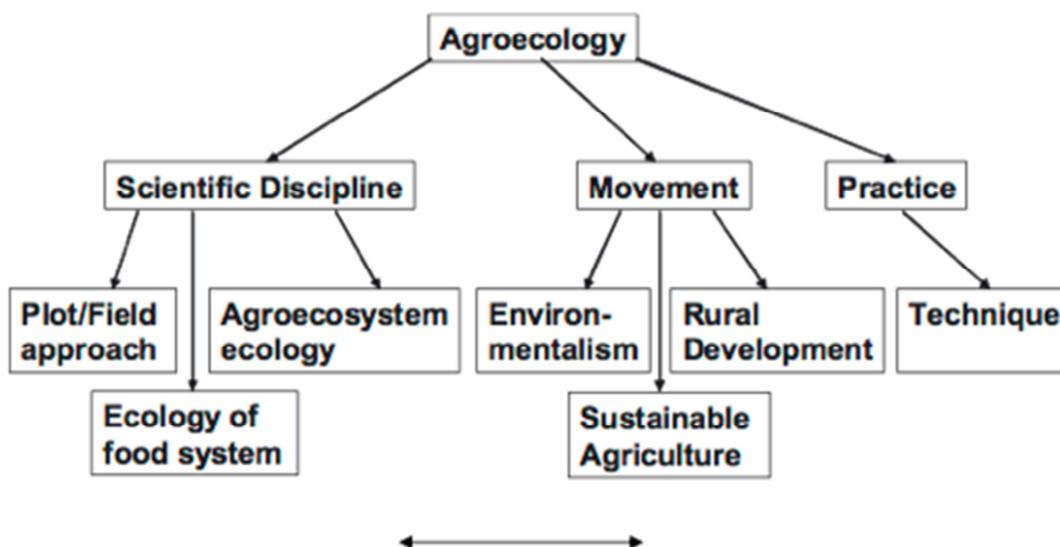


Figura 1: Tipos diversos de significações da agroecologia

Fonte: WEZEL et al, *Agroecology as a science, a movement and a practice. A review* Agron. Sustain. Dev. INRA, EDP Sciences. 2009

Muitas pesquisas, trabalhos e produções acadêmicas, foram desenvolvidas nos últimos anos sobre a agroecologia, ampliando estudos para além dos cursos de enfoque mais técnicos como os de Engenharia Agrônômica. Neste campo mais especificamente, há um avanço em se afirmar enquanto modelo teórico e prático interpretativo dos sistemas agrícolas. A agroecologia passou, ao longo desse período, a ganhar influência não só no panorama nacional, como também no internacional. Passou, então, a ser reconhecida por organizações internacionais, de modo que essas passaram a atuar, colaborar e incentivar a sua disseminação. Alguns dos importantes atores desse cenário, serão abordados neste item.

Já em 1989, onze ONGs de oito países da América do Sul criaram o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento - CLADES-, a fim de estabelecer uma rede de atores em prol da disseminação e desenvolvimento de propostas de produção de agricultura orgânica. Visa, ainda, promover o debate acerca do desenvolvimento rural com bases agroecológicas, e atua até os dias de hoje, de modo a contribuir significativamente com a formação de recursos humanos dentro da temática, pesquisa agroecológica, sistematização de experiências bem sucedidas de desenvolvimento e disseminação de conhecimentos tradicionais dos povos (CLADES, 2017).

Ademais, o tema da agroecologia foi ocupando espaço dentro do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA) e fundado em 1942. Com o principal objetivo de realizar uma agricultura competitiva, sustentável e

inclusiva para as Américas, sua atuação se baseia em uma visão contemporânea sobre os desafios da agricultura, que vão desde os efeitos das mudanças climáticas na produção agrícola até a urgência em alimentar a crescente população mundial e criar oportunidades e empregos para os homens e as mulheres do campo (IICA, 2017). Nesse sentido, a agroecologia entra como um dos eixos temáticos do Instituto, sendo analisada sob a perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável, tema que a agroecologia se insere categoricamente. O IICA atua internacionalmente e no Brasil desenvolve publicações, projetos e documentos técnicos que são bastante utilizados pela academia como fonte de pesquisa.

A partir da necessidade de fortalecer e ampliar os mecanismos de interação, intercâmbio e cooperação com instituições da sociedade civil organizada, cria-se em 2006, a Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia -SOCLA-, com vistas às atividades de produção, ensino, pesquisa, extensão e construção do conhecimento agroecológico, em consonância com as demandas emergentes de estratégias de adaptação às mudanças climáticas, uso sustentável dos recursos energéticos e hídricos e manutenção da biodiversidade. A SOCLA é responsável pela produção de diversos materiais acadêmicos e assume um papel importante, sobretudo, na realização de Congressos Latinoamericanos na temática da agroecologia e outros eventos, como encontros internacionais e fóruns de discussão, a fim de unir atores internacionais relevantes, tanto do terceiro setor, quanto do governo (SOCLA, 2017).

Também no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) há um reconhecimento cada vez maior da agroecologia principalmente a partir da atuação da FAO (Food and Agriculture Organization) e a temática da segurança alimentar. Segundo a FAO, a agroecologia permite o desenvolvimento sustentável da agricultura, assim como o progresso em direção a sistemas alimentares inclusivos e eficientes, de modo a promover um círculo virtuoso entre a produção de alimentos saudáveis e proteção dos recursos naturais. Segundo Graziano da Silva, diretor-geral da FAO, a agroecologia é um foco promissor para situar a produção de alimentos em um caminho mais sustentável. Insere-se, portanto, na discussão de desenvolvimento sustentável e em diversas metas incluídas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo tema de relatórios e ações da Organização (PERMACULTURE RESEARCH INSTITUTE, 2017).

2.1.1 Concepções sobre Agroecologia

De acordo com a definição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a agroecologia é um processo de inovação que se baseia na otimização do uso dos recursos locais na construção de soluções técnicas e sócio-organizativas para promover a eficiência econômica e a sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas (ANA, 2016). Trata-se de uma abordagem que integra os princípios

agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Faz-se necessário, em meio a diversas produções científicas, acadêmicas e de organizações internacionais, discorrer acerca do que é de fato, agroecologia. A partir das produções de Miguel Altieri¹, engenheiro-agrônomo chileno, professor de Agroecologia na Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, que vem estudando o tema desde 1980 e produzindo materiais acadêmicos que são referências para o estudo de agroecologia, é que se traz essa conceituação.

Na segunda metade do século XX, vários países latino-americanos engajaram-se na intitulada “Revolução Verde”, um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial. O objetivo era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, fundamentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização. Nesse contexto, políticas públicas nacionais foram criadas, tendo a pesquisa agrícola e a extensão rural – aliadas geralmente ao crédito agrícola subsidiado – como os principais instrumentos para a concretização dessas políticas. Ocorreu, portanto, a chamada “modernização do campo”, em que aliada à introdução de defensivos e outros insumos químicos, inseriu-se mão de obra mecanizada, investimos intensivos de capital e outros fatores em busca do aumento da produtividade.

Alguns fatos e movimentos tanto nacionais quanto internacionais colaboraram para que a crítica e o debate em torno de novas formas de agricultura se intensificassem, uma vez que existiam conjunturas estabelecidas e os impactos dessa modernização iam se fazendo presente, paulatinamente. Vale explicitar alguns destes, são eles:

- a) Uma crise generalizada nos países de capitalismo periférico, a partir de 1950, demonstrando que o progresso não é uma virtude natural que todos os sistemas econômicos e todas as sociedades humanas possuem (implicando também a crise do industrialismo e da idéia de que o desenvolvimento é igual a progresso material que, por sua vez, traz o bem-estar social –, ou que o desenvolvimento técnico-científico implica desenvolvimento socioeconômico, progresso e crescimento), ou seja, uma crise de modelo desenvolvimentista vigente;

¹Engenheiro-agrônomo pela Universidade do Chile (1974); mestre pela Universidade Nacional da Colômbia (1976); PhD pela Universidade de Florida (1979); professor de Agroecologia na Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, desde 1981; assessor científico do Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES) desde 1989; coordenador geral do Sustainable Agriculture Networking and Extension (SANE) ligado ao PNUD (Nações Unidas) desde 1994; coordenador do Comitê de ONGs do Comitê Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) desde 1997. Principais publicações: *Agroecology: the science of sustainable agriculture* (1995) e *Biodiversity and pest management in agrosystems* (1994).

- b) As crises sociais, advindas de diferentes processos e circunstâncias - via concentração de renda, de riquezas e da terra, o êxodo rural e a violência em todos os sentidos;
- c) Uma crise ambiental, manifestada também de diferentes formas, como, por exemplo, a degradação e a escassez dos “recursos naturais”, a contaminação dos alimentos etc.;
- d) Uma crise econômica, a partir da diminuição dos níveis médios de renda e pela constatação de que a maioria dos produtos incentivados pela modernização agrícola deixou de ser atrativa sob esse aspecto, inclusive algumas *commodities* (ALTIERI, 2004).

Com esses cenários, colocou-se em questionamento as práticas de agricultura no campo uma vez que essas estavam impulsionando diversos impactos negativos na economia e na sociedade como um todo. Esse padrão de produção insustentável é ressaltado pelo professor Miguel Altieri: “a falta de acesso dos produtores menos favorecidos a insumos caros, bem como questões básicas de igualdade socioeconômica, obstaculizaram, em muito, a modernização da agricultura nos países em desenvolvimento”, o que influenciou diretamente a vida de quem produz.

Ainda, a partir dos anos 2000, a discussão acerca da “crise alimentar” mundial entrou em pauta, com vários argumentos em debate e uma hipótese que começava a surgir na cabeça de muitos: se uma crise alimentar existe é porque existiria também uma crise do padrão de desenvolvimento imposto à agricultura nos últimos quarenta anos. Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de "Revolução Verde" – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos. A "Revolução Verde" também contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade (REDCLIFT & GOODMAN, 1991).

Essas são algumas das diversas razões e motivações que iriam produzir a entrada “em cena”, nos últimos vinte anos, de experiências “diferentes” daquela do padrão proposto pelo ideário da "Revolução Verde", atraindo a atenção de profissionais das ciências agrárias e de outras áreas do conhecimento, bem como de autoridades governamentais e, sobretudo, de muitos agricultores, a fim de propor modelos alternativos de produção.

A partir da década de 90 e até os dias atuais, produções alternativas de agricultura que representam uma interseção entre as demandas ambientais e as demandas sociais foram buscadas, em um contexto em que o assunto da utilização dos recursos naturais e os problemas ambientais relacionados à ação antrópica começaram a entrar na pauta internacional e nacional.

A agroecologia, diferentemente da agricultura orgânica, amplia o olhar da produção para além do produto em si, de modo a abordar de forma intrínseca a questão produtiva a questão

ambiental e social, atentando-se para os seus impactos. Nessa acepção, a Agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. Quanto à produção em si, a agroecologia incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 1987).

Todavia, restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da agroecologia. Indubitavelmente, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. Nesse sentido, o estudo da etnociência -sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado- tem revelado que o conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser bastante detalhado e é fundamental para o processo da agricultura sustentável como um todo. O conhecimento camponês sobre os ecossistemas geralmente resulta em estratégias produtivas específicas e multidimensionais de uso da terra, que criam, dentro de certos limites ecológicos e técnicos, a auto-suficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões (TOLEDO et al., 1985).

Logo, para os agroecologistas, vários aspectos dos sistemas tradicionais de conhecimento são particularmente relevantes, incluindo o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, assim como os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos -ou seja, práticas próprias feitas de forma “caseira”. A agroecologia forneceria, segundo estes autores, as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento (CHAMBERS, 1983).

Vale pontuar que a agroecologia tem sido difundida na América Latina, em outros países e no Brasil, em especial, como sendo um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica, principalmente a partir dos anos 2000. Devido aos danos ambientais e as mudanças climáticas causadas pela agricultura convencional, baseada na degradação dos solos e a perda de biodiversidade, através da produção intensiva, da utilização de defensivos e fertilizantes químicos, assim como a utilização descomedida de recursos naturais -água e solo, a agroecologia vem cada vez mais ganhando espaço.

Segundo a ONU, aproximadamente 70% de toda a água disponível no mundo é utilizada para irrigação (PORTAL EBC, 2017) e de acordo com José Graziano, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em sua fala no Fórum de Agricultura e Mudanças Climáticas realizado em Paris em 2015, “O modelo agrícola de produção que predomina

hoje não é adequado para responder aos novos desafios da segurança alimentar no século 21 e nem à necessidade de uma produção sustentável, inclusiva e resiliente” e ainda pontua, “uma vez que a produção não é uma condição suficiente para a segurança alimentar, isso significa que o modelo atual de produção não é mais aceitável” (ANDI, 2017).

Nesse sentido, a agroecologia, representa uma das alternativas para esse modelo de produção agrícola. A seguir, serão apresentados aspectos relevantes sobre a inserção da agroecologia no país.

2.1.2 Agroecologia no Brasil

A se reproduzir no Brasil a introdução de um padrão de agricultura baseado na "Revolução Verde", o processo mais intensivo de desenvolvimento capitalista do meio rural ocorreu no país durante o período da ditadura militar, disseminado pelo modelo de “modernização da agricultura”, pontuando o marco da intervenção do Estado na agricultura e no meio rural. Entre os efeitos sociais da modernização agrícola no Brasil, é possível citar a redução da oferta de empregos agrícolas e o consequente êxodo rural; o aumento do trabalho temporário; a intensificação da pobreza rural; o aumento da concentração de terras no país, entre outros (BEDUSCHI FILHO E ABRAMOVAY, 2004).

Na década de 1980 e 1990, com o ajuste estrutural e a diminuição do papel do Estado “na regulação da competição do campo, bem como a reestruturação do setor agropecuário em direção às normas de mercado” - a seguir o avanço da teoria neoliberal-, estabeleceu-se “uma nova rodada de modernização da estrutura produtiva” da agricultura, visando adequá-la rapidamente “ao contexto da reinserção econômica do Brasil no cenário internacional” (POCHMANN, 2008:149). Nesse período, viveu-se uma pujança da economia do agronegócio a partir da difusão de novos métodos de gestão voltados à competitividade e investimento de grandes capitais, que gerou aumento de produtividade em detrimento do emprego no meio rural (BORGES, 2012).

Concomitante a isso, a diversidade social, cultural e econômica do meio rural brasileiro veio à tona com a atuação de movimentos sociais e grupos reivindicando direitos e a atuação do Estado no reconhecimento político e institucional da agricultura familiar, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, entre outros (DELGADO, 2005). À medida que cresceram alguns espaços de participação social, uma perspectiva mais democratizante foi sendo construída no meio rural, principalmente através da luta pela reforma agrária e pela elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar (DELGADO, 2009).

Fortaleceu-se, ainda, como consequência desse movimento, um projeto democratizante que buscava desconstruir intelectual e politicamente a concepção de rural como atrasado e de

desenvolvimento como modernização da agricultura. Neste processo, buscou-se também reconstruir conteúdos mais adequados para as noções de rural e de desenvolvimento rural, assim como de formas de agricultura, mais condizentes com o contexto agrário do país. A partir disso, a agricultura familiar, como um reflexo de diversos processos que se articulam, foi ganhando espaço e legitimidade, passando paulatinamente a ser reivindicada e também reconhecida (BORGES, 2012, p.01).

Quanto às práticas alternativas de agricultura não convencionais² que são englobadas na interface da agricultura familiar, foi se difundindo cada vez mais o conceito da agroecologia, tendo em vista as suas características e seus princípios socioambientais. Como forma de compreender a dimensão e as circunstâncias que permitiram com que agroecologia ganhasse espaço no país, vale pontuar alguns marcos relevantes para esse processo.

Em 1970, o agrônomo Lutzenberger (1976) esforçou-se em influenciar ambientalistas e agricultores, junto do apoio de organizações da sociedade civil e da Igreja Católica, a fim de disseminar uma agricultura alternativa perante ao ideário de modernização vigente. A partir do seu Manifesto “*O Fim do Futuro?*” - primeiro manifesto de cunho ecológico publicado no Brasil- em que o autor, subscrito por nove entidades ecológicas brasileiras, listava os problemas ambientais brasileiros e, ao mesmo tempo, pretendia indicar novos rumos onde procurar soluções para os mesmos, a questão da utilização de agrotóxicos e insumos químicos foi sendo colocada em debate no Brasil. E, posteriormente, em prática, uma vez que Lutzenberger se tornou um disseminador assíduo da agricultura orgânica, passando a ensinar e divulgar as práticas não convencionais.

No começo de 1980, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Agricultura Alternativa, convocado pela Federação Brasileira de Agrônomos, e também foi criada a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), que juntos formalizaram uma rede de organizações que lidavam com a temática em mais de 10 estados brasileiros. Firmam-se, coletivamente, os princípios da agroecologia como prática e a agricultura agroecológica substitui o termo agricultura alternativa, que recebia críticas por não ter uma definição muito precisa (CANUTO, 1998).

Inicia-se no Brasil, a partir dos anos 2000, os Encontros Nacionais de Agroecologia, como o Primeiro Encontro Nacional de Agroecologia, em 2001, que teve o objetivo de tornar a agroecologia visível e pressionar o governo para que essa prática e conhecimento fizesse parte da agenda. Ademais, foi criada em 2002 um relevante ator presente também nos dias de hoje, a Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), com a proposta de ser um espaço para a convergência de movimentos, redes e organizações da sociedade civil, reunindo grupos envolvidos em experiências concretas para promover agroecologia e desenvolvimento sustentável em várias

² Posto que se considera como convencional a prática de agricultura incentivada pela Revolução Verde, baseada na utilização de insumos químicos, sementes transgênicas, etc.

regiões do Brasil. Além disso, os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA) passaram a ser realizados a partir de 2003, promovidos por instituições de ensino, pesquisa e extensão rural (ZONIN, 2007).

Como um resultado da pressão exercida por esses atores, em 2003, reconheceu-se formalmente a agroecologia a partir da formalização da agricultura orgânica, com a Lei 10.831 que dispõe sobre a legislação da produção e comercialização de produtos orgânicos, agroecológicos, biodinâmicos, naturais, entre outros, a partir de providências e classificações específicas. Ainda, a Lei explicita os sistemas de garantia participativa e a dimensão política da agroecologia, colocando-os como importantes para apoiar pequenos agricultores e promover o desenvolvimento de comunidades rurais.

Do lado científico, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) foi criada em 2004 (ZONIN, 2007). A agroecologia, então, passou a ser oficialmente reconhecida como ciência pela Corporação Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2006), sendo vista como uma ciência emergente e como um campo de conhecimento transdisciplinar, influenciado pelas ciências sociais, agrárias e naturais, especialmente a ecologia aplicada. Além disso, a EMBRAPA, nesse documento, também afirmou claramente que a agroecologia deveria ser uma base para promover agricultura sustentável e rural, o que se associa fortemente às teorias de Miguel Altieri e os programas de educação promovidos por ele e por Sevilla Guzmán, como parte de um esforço de cooperação entre os países da América do Sul em prol da agroecologia.

2.1.3 Políticas públicas relacionadas à Agroecologia

O fortalecimento da agroecologia no Brasil perpassa políticas públicas e marcos regulatórios que o governo, em especial a esfera federal, foi construindo e implementando, principalmente após os anos 2000. Nota-se, que esses tiveram grande impulsionamento por parte da sociedade civil que, como desde o começo, veio pressionando o governo para que esse estimulasse e regulamentasse práticas alternativas de agricultura e, conseqüentemente, de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, vale pontuar que dentre as diversas políticas que foram sendo desenvolvidas dentro da temática do ambiente rural (produção, comercialização e capacitação), prioriza-se, neste tópico, aquelas diretamente ligadas à agroecologia.

A política brasileira de assistência técnica e extensão rural, por exemplo, desenvolvida com esforços e presente legalmente desde Constituição Federal de 1988, passou a partir dos anos 2000 a promover a implementação de princípios agroecológicos através de abordagens participativas (MDA, 2004), de modo a contribuir para o novo paradigma desenvolvimento rural sustentável. Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o

meio rural brasileiro, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Criado em 1996, o Programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável.

Em 2004, foi criada uma nova modalidade que envolve a agroecologia, o PRONAF Agroecologia, voltado especificamente para apoiar a produção em agrossistemas de base agroecológica ou orgânico e também os agricultores que se encontram em transição para este tipo de produção (MDA, 2017a).

Outro Programa que merece destaque por ser, assim como o PRONAF, uma política extremamente importante para o desenvolvimento do meio rural, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003. Esse inovou ao conciliar ações de política agrícola e de assistência alimentar a partir da aquisição de produtos da agricultura familiar e o seu direcionamento para instituições governamentais. Possibilitou, portanto, promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, comercialização e ao consumo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Assim como o Pronaf, os produtores agroecológicos acessam essa política, de forma específica. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que realiza as operações do Programa estabelece regras por meio do seu Manual em relação ao registro dos produtores, e em se tratando dos produtores agroecológicos, esses desde 2014 devem se registrar no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, que reúne informações sobre os agricultores certificados para comercializar alimentos da produção orgânica. Para ter conhecimento sobre a dimensão desse nicho dentro do Programa, ao analisar as operações da Conab, tomando como base 2012, ano que o PAA apresentou o seu melhor resultado, dentre os anos de 2003 e 2015, foram executados R\$ 587 milhões de reais, sendo que desses foram aplicados R\$ 12,6 milhões para a compra de produtos certificados, como agroecológicos e orgânicos, representando cerca de 5 milhões de quilos de alimentos (CARTA MAIOR, 2017).

Há algumas críticas sobre a valorização dos produtos agroecológicos dentro do Programa e o que se pontua até o momento é que a atuação dessa produção está aquém do que poderia. Isso porque, existem diversas produções que estão “em transição” agroecológica e que não conseguem acessar o Programa. Muitos desses sistemas apresentam um bom nível de complexidade ecológica e utilizam práticas agrícolas amparadas em conhecimento tradicional, sendo sistemas pouco dependentes de insumos externos.

Da mesma forma que as outras políticas, os agricultores agroecológicos também acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa federal ligado ao Ministério da

Educação que tem como um dos principais objetivos garantir a segurança alimentar dos estudantes da educação básica da rede pública. A lei determina, ainda, que pelo menos 30% dos recursos repassados do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), um dos financiadores do Programa³, para o PNAE sejam para compras de alimentos produzidos por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, o qual não impede que o recurso seja 100% utilizado para alimentos desta origem. Ainda que os produtores agroecológicos acessem o PNAE, esses o fazem não de forma específica, como nos outros programas. Incluem-se na categoria de agricultor familiar, não sendo diferenciados por sua produção.

Em se tratando das políticas diretamente relacionadas à agroecologia, em 2012 o governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a partir da edição do decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012. Essa representou um marco para a ampliação e efetivação de ações de promoção do desenvolvimento rural sustentável. A política foi resultado de um intenso processo de negociação da sociedade civil com o governo, em que atores relevantes como a ANA e a ABA estiveram presentes durante toda a construção da política. Sete subcomissões temáticas foram constituídas para tratar de temas específicos e encaminhar, na plenária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), as demandas da sociedade, além de realizar o monitoramento do Plano. Um dos principais instrumentos da política é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), conhecido sob a denominação de Brasil Agroecológico (MDA, 2017b).

Paulo Petersen, da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), reconheceu diversos avanços na agenda da agroecologia com o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), no entanto, ponderou que essas conquistas estavam muito aquém das expectativas dos movimentos e organizações do campo agroecológico (ANA, 2017). Ademais, quanto à implementação dessas políticas, não se tem muitas informações disponíveis e para isso se faz necessário um aprofundamento sobre as mesmas que não corresponde ao enfoque dessa pesquisa acadêmica.

Vale ressaltar que no atual governo do Presidente Michel Temer, a agroecologia e a agricultura familiar sofreram perdas em relação a políticas públicas. Especialmente através da extinção do MDA, órgão que fundamentava as políticas do meio rural, e a consequente atribuição da responsabilidade de suas funções à Casa Civil, resultando em uma instabilidade das políticas, que ficaram com um orçamento reduzido e com pouco espaço dentro da agenda governamental.

³ O PNAE conta, para sua execução, com recursos de todos entes federais, do Distrito Federal e o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Tendo em vista esses fatores, é inegável que as temáticas da agricultura familiar e agroecologia estão fragilizadas, o que pode vir a influenciar as suas atuações e desenvolvimento no país.

2.2 A perspectiva territorial

2.2.1 Concepções sobre território

A noção de território se faz presente e perpassa diversas disciplinas, da biologia à economia, passando pela geografia, antropologia e sociologia. Principalmente nas ciências sociais o conceito ganhou maior notoriedade e serve de base teórica e conceitual para as demais disciplinas, de modo que nas palavras do geógrafo Milton Santos (2007), o território é um espaço híbrido entre cultura, política, sociedade, natureza, economia e materialidade numa complexa relação entre tempo e espaço.

Há diversos estudos que buscam conceituar o território, uma vez que por se tratar de um conceito polissêmico, cujos sentidos dependem do olhar disciplinar de quem dele se vale, como também da problemática política e social do contexto em questão, possui concepções diversas. De um modo geral, o território não é apenas uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica, o qual, nas palavras de Courlet e Pecqueur (1993), é resultado de uma construção social.

Nesse sentido, vale explicitar sucintamente como o conceito foi sendo desenvolvido, assim como as suas alterações, vertentes e acepções para que se compreenda a complexidade da noção de território. Não obstante, é importante ressaltar que essas vertentes a respeito do território não são mutuamente excludentes, podendo exercer um papel de complementariedade em muitos casos.

Por um longo período, a noção de território ficou limitada à noção de espaço, sendo um ramo de estudo mais aproximado da Geografia e nas localidades como espaços físicos. A conceituação associa-se à institucionalização da geografia como disciplina nas universidades européias, na década de 1870, que objetivaram o campo de estudo dessa disciplina a partir das formulações de F. Ratzel, responsável pela divisão da geografia em três grandes campos de investigação – geografia política, biogeografia e antropogeografia. Ao dedicar atenção especial à geografia humana – antropogeografia- a fim de compreender as influências das circunstâncias naturais sobre a humanidade, Ratzel elaborou os conceitos-chave de território e de espaço vital (ECHEVERRI, ano desconhecido).

Os conceitos ratzelianos deram suporte à constituição da Geopolítica e passaram, a partir das reações francesas aos mesmos, a impulsionar o estudo sobre região, definida como “uma área com propriedades homogêneas que a diferencia de áreas adjacentes”. A partir da década de 1970, o

conceito de território volta a ser debatido, para incluir a abordagem dos conceitos sobre o controle espacial ou simbólico de determinadas áreas, atribuindo a ele um sentido mais amplo. Supera-se paulatinamente o conceito clássico de território, relacionado ao nível nacional, limitado as fronteiras e tendo o estado como única fonte de poder no controle espacial, e passa-se, aos poucos, a considerar, com mais relevância, as relações sociopolíticas que se estabelecem na apropriação, configuração e controle do espaço.

Nesse sentido, o geógrafo francês Claude Raffestin, em seu livro “Por uma Geografia do Poder” (1980), criticou a característica unidimensional que a geografia atribuiu ao território e abordou o território a partir da projeção do trabalho humano sobre determinado espaço físico. Segundo o autor, o território pode ser definido como:

Espaço onde o trabalho é projetado, desde energia a informação, e em decorrência revela relações marcadas pelo poder (...); o território apóia-se no espaço, mas não é o espaço. Constitui produção a partir do espaço. Produção causada por todas as relações que envolve e que se inserem no campo do poder (RAFFESTIN, 1980).

Ao apropriar-se do espaço, de forma concreta ou abstrata, o ator “o territorializa”. Outros autores, como o geógrafo norte-americano R. Sack, também buscam examinar o território a partir da perspectiva das motivações humanas. De acordo com Sack, o território constitui expressão de um espaço dominado por um grupo de pessoas que, com esse domínio, controles e influências sobre o comportamento de outros, exerce relações de poder. A territorialidade conforma-se nas estratégias espaciais para o exercício desse controle, que inclui três aspectos fundamentais: a forma de classificação da área, a forma de controle e a maneira de comunicação. Essa concepção é determinante do caráter dinâmico e flexível dos territórios. Mesmo que a maioria seja fixo, alguns podem ser móveis, e movem-se conforme as conveniências, interesses ou conflitos.

Como demonstrado nessa definição, nota-se a palavra “poder”, que ganha enfoque ao longo do trabalho de Raffestin, uma vez que esse baseou-se nas formulações de Michel Foucault, analisando o poder não como organização separada, localizada em uma parte da estrutura social ou apropriada por alguém em particular, mas como algo que está distribuído e exercido em diversos níveis através da cadeia social e não apenas pelos que fazem parte do estado. Dessa forma, é possível identificar múltiplos poderes que se expressam de diferentes formas na ocupação dos espaços regionais e locais.

Raffestin (1980) destaca, portanto, o caráter político do território, frisando, ao mesmo tempo, aspectos e processos econômicos e simbólicos em sua constituição e na territorialidade, com forte ênfase para as relações de poder estabelecidas e para as redes de circulação e comunicação. Essa ênfase constitui-se como uma de suas principais contribuições, uma vez que traz à tona novas

abordagens do território, das relações sociais e do desenvolvimento. Ainda, em sua concepção, o território é objetivado por relações sociais concreta e abstratamente, relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Isso, de acordo com Raffestin, assenta-se na construção de *malhas*, *nós* e *redes*, delimitando *campos* de ações, de poder, nas práticas espaciais que constituem o território.

Embora trate de delimitações, Raffestin (1993) reconhece e indica uma transposição dos limites políticos e administrativos através de atividades econômicas e de vias e meios de circulação e comunicação. Além disso, atribui importância e centralidade da territorialidade na vida cotidiana, como âmbito de tomada de decisões e de organização política. Dessa forma, a concepção proposta pelo autor sobre território e territorialidade é processual, relacional e múltipla, subsidiando a elaboração de idéias em favor da organização política e do desenvolvimento local.

Ao mesmo tempo, na Itália, Giuseppe Dematteis, argumenta em favor do território construído historicamente por sujeitos sociais que se relacionam entre si. Essa compreensão também inovadora e pioneira aparece mais detalhadamente em sua obra de 1985, posteriormente ratificada em Dematteis (2001), na qual o território e a territorialidade são compreendidos como produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, desses sujeitos com o ambiente e desses sujeitos com indivíduos de outros lugares, efetivando *tramas transescalares* entre diferentes *níveis territoriais*. O autor conclui que o território é uma construção coletiva e multidimensional, com *múltiplas* territorialidades interagidas.

Uma das obras que também merecem destaque nesse processo de conceituação é a de Bagnasco (1977). O autor compreende o território como área, com características econômicas, políticas e culturais específicas, na qual seus agentes sociais mantêm relações com agentes de outras áreas. Essa conexão entre diferentes territórios é uma contribuição muito importante do autor, que a denomina de articulação territorial, ou seja, uma combinação entre diferentes classes sociais que se territorializam. Nota-se, quanto a esses últimos -políticos-, a importância de se olhar para o papel do Estado perante a construção e manutenção do território, que não é determinante, mas sim extremamente relevante.

Ao olhar para a constituição dos territórios, observa-se que esses têm características específicas que os diferenciam uns dos outros, como produtos da dinâmica *socioeconômica*, sendo que eles estão em articulação e conexão no mercado no qual também existem relações políticas e culturais que se efetivam no tempo e no espaço. Essa articulação assume um caráter central na abordagem de Bagnasco. Em resumo, o território, além de área e formas espaciais, significa conexão, articulação, resultado e condição da dinâmica socioespacial.

2.2.2 Dinâmicas territoriais

Decorrente das análises acima e considerando o território como multidimensional, com múltiplas atividades e agentes, implicam-se expressões de poder e de organização referidas às diversas dimensões da sociedade, distintas e diversas em cada localidade.

As dinâmicas socioespaciais e territoriais ganham destaque na análise dos territórios. Elas refletem suas especificidades e diversidades, podendo ser analisadas quanto aos fatores que estruturam os mesmos, de modo a representarem a tradução, no espaço e tempo, das repercussões econômica, social, política e ambiental das ações dos atores e das relações (alianças e conflitos) entre eles (PIRAUX, 1999 e 2007). Logo, as dinâmicas podem ser entendidas como o resultado das interações entre os componentes econômicos, sociais, ambientais e espaciais do território (LEVY e LUSSAULT, 2003).

Nesse sentido, a conformação dos territórios e sua evolução resultam das dinâmicas territoriais neles presentes, ao mesmo tempo que essas dinâmicas refletem as características dos territórios, podendo ser analisadas quanto aos fatores que estruturam os mesmos, de modo a representarem a tradução, no espaço e tempo, das repercussões econômica, social, política e ambiental das ações dos atores e das relações (alianças e conflitos) entre eles (PIRAUX, 1999 e 2007).

As dinâmicas territoriais dependem, ainda, da infraestrutura e das estratégias socioespaciais organizadas segundo as possibilidades existentes, reforçando as diferentes possibilidades de desenvolvimento local embasado na combinação da capacidades específicas, das relações estabelecidas, da articulação interna das forças locais, da sua capacidade de recebimento e de utilização dos impactos externos e das combinações possíveis entre os padrões de localização das atividades em áreas e eixos, impactando, portanto, no seu desenvolvimento. Neste estudo, decorrente das discussões acima, estas dinâmicas são organizadas em quatro dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental.

A dimensão econômica abrange as capacidades de inovar, diversificar, usar e articular recursos locais ou regionais para gerar oportunidades de trabalho e renda, além de fortalecer as cadeias produtivas e integrar redes de produtores.

A dimensão sociocultural diz respeito à equidade social obtida com a participação dos cidadãos nas estruturas de poder, tendo por referência a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade face à possibilidade de melhorar a qualidade de vida das populações.

A dimensão político-institucional envolve os aspectos de construção ou renovação de instituições que permitem chegar às estratégias negociadas, obtendo a governabilidade democrática e a promoção do exercício cidadão.

A dimensão ambiental se refere ao meio ambiente enquanto ativo do desenvolvimento e se apóia no princípio da sustentabilidade, com ênfase na idéia da gestão sustentável dos recursos naturais, de forma a garantir a disponibilidade desses recursos às gerações futuras.

Considerando o território um sistema organizado e aberto, a análise das dinâmicas territoriais permite também aprender as relações entre os diversos componentes que o constituem e que estão ligados por fortes interações (THÉRY et al, 2006). Essas dimensões serão analisadas ao longo do trabalho e foram objeto de investigação na pesquisa de campo.

3. Método de pesquisa

A metodologia adotada nesta pesquisa tem enfoque qualitativo e buscou compreender e problematizar teoricamente as noções de território e agroecologia para a seguir, por meio do estudo de campo em Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, analisar as dinâmicas territoriais rurais impulsionadas pela adoção de práticas agroecológicas por agricultores da região.

A escolha de Barra do Turvo se deu a partir de estudos exploratórios sobre a temática e de contatos prévios com agricultores agroecológicos de diferentes regiões do Brasil, por meio da participação em cursos ligados a esta temática e do Encontro de Biodiversidade no ano de 2016, que ressaltavam o desenvolvimento da agroecologia na região por meio dos Sistemas Agroflorestais adotados pelos agricultores locais.

Além disto, como o que vinha sido desenvolvido pelos agricultores estava sendo replicado em assentamentos rurais e outras propriedades agrícolas de outros municípios, como o Assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto (SP) e o Assentamento Contestado na Lapa (PR), despertou-se mais interesse em investigar o caso devido à possibilidade de verificar as contribuições da experiência do Vale do Ribeira. Isso ajudou a nortear as bibliografias e análises deste trabalho, sendo que ao longo da pesquisa, identificou-se um dos principais atores da agroecologia na região, a Cooperafloresta, instituição que foi foco de investigação.

Foram utilizadas diversas técnicas de levantamento de dados e informações, que seguiram um percurso exploratório de primeiro contato com o tema, através da participação de cursos e conversas informais com atores envolvidos na temática de agroecologia; um aprofundamento de conceitos, a partir de estudo bibliográfico sobre agroecologia, território e territorialidade, com base em teses e pesquisas acadêmicas; análise de documentos institucionais e governamentais e por fim, a pesquisa de campo. Nesse sentido, a pesquisa contou ainda com a participação em dois cursos sobre Sistemas Agroflorestais, e no VIII Encontro Paulista de Biodiversidade, realizado em São Paulo durante dois dias e promovido pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. As atividades desempenhadas durante a pesquisa estão reunidas no quadro sinóptico, no final deste capítulo.

Para analisar as interpretações de conceitos chaves abordados ao longo do trabalho, buscou-se abordar os diversos aspectos que envolvem a temática e para isso, a pesquisa foi desenvolvida através de uma análise bibliográfica de diversos autores de referência (como Miguel Altieri (1987) no campo de agroecologia, Piraux (1999), Levy (2003), Lussault (2003) e Raffestin (1980) no campo de perspectivas territoriais) e outros que atualizam as problemáticas relacionadas ao tema, de modo a compor o referencial teórico que embasa a pesquisa.

Em complementação a estes estudos foram realizadas análises de documentos e pesquisas em sites governamentais para caracterizar a temática da agroecologia no país produzida pelo Setor Público, e também para caracterizar o território estudado, através das produções de institutos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Foram também consultados documentos vinculados ao território do Vale do Ribeira e mais especificamente, de Barra do Turvo, buscando compreender o contexto socioeconômico e político e obter outras informações sobre a região, de modo que com esta base de dados e informações, somado a entrevistas com os atores vinculados, fosse possível compreender os fatores e as dinâmicas que circundam a temática e a pergunta de pesquisa.

Para a pesquisa de campo foram utilizadas fontes primárias com entrevistas a partir de diferentes perspectivas, tanto da sociedade civil quanto do poder público, em que diferentes atores foram escutados: agricultores agroecológicos, agrônomos, agricultores membros da Cooperafloresta, representantes da Cooperativa e atores ligados ao governo municipal de Barra do Turvo. Para isto, utilizou-se da metodologia proposta por Spink (2008), principalmente no que tange ao pesquisador não só observador, mas sim conversador, em que o papel do pesquisador deve ser entendido, sobretudo, como agente participante do processo de pesquisa, de modo que a observação participativa se fez presente como uma estratégia nessa investigação. Isso porque, atento à característica dos métodos qualitativos que consideram a atuação do pesquisador em campo como parte da produção de conhecimento, buscou-se ao longo do trabalho, considerar as reflexões dos pesquisadores e suas observações, como dados em si mesmos, a constituírem parte da interpretação.

Ademais, a partir da observação se buscou um olhar atento a todos os elementos do campo, apoiado por entrevistas semiestruturadas, utilizadas para indagar o entrevistado sobre assuntos de contorno mais restrito, e possibilitar, a partir da fala, a revelação de condições estruturais e as dinâmicas que pautam a sociedade em estudo. Assim como as conversas espontâneas, foi possível desvelar as noções e perspectivas agroecológicas e territoriais, assim como as dinâmicas presentes no local por meio das falas. Os atores entrevistados estão explicitados no quadro sinóptico a seguir:

Quadro 1 - Quadro Sinóptico de elaboração própria

Objetivo	Objeto	Atividade	Instituição	Ator	Função	Data e Local
Pré contato com o tema	Princípios da Agroecologia e formas de organização de agricultores	Curso prático e teórico sobre Sistemas Agroflorestais (SAF's) - 16h de duração	Sítio Semente	Juã Pereira	Agrônomo e agricultor agroecológico	Mai/2016 Brasília (DF)
	Práticas de produção, restauração do solo, manejo e poda nos Sistemas Agroflorestais (SAF's)	Curso básico de Sistemas Agroflorestais (SAF's) - 16h de duração	Assentamento Mario Lago (Ribeirão Preto-SP), proximidade com a Cooperafloresta	Namastê Masserchimit	Agrônomo, agricultor agroecológico e coordenador de projetos de SAF's nessas instituições	Ago/2016 Florianópolis (SC)
	Políticas públicas relacionadas à Agroecologia, com foco no tema Sistemas Agroflorestais (SAF's)	VIII Encontro Paulista de Biodiversidade (EPBio) - 8h de duração	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo	Diversos palestrantes		Set/2016 São Paulo (SP)
Coleta de dados e informações	Processos de produção e comercialização de produtos agroecológicos	Entrevista presencial	Assentamento Mario Lago(Ribeirão Preto-SP)	Dóm Hélder	Agricultor agroecológico, responsável pela comercialização do Assentamento	Out/2016 São Paulo (SP)
	Compreensão acerca da Cooperafloresta: processos de institucionalização e expansão	Conversa via Skype	Assentamento Mario Lago; Assentamento Lapa; proximidade com a Cooperafloresta	Namastê Masserchimit	Coordenador de projetos de SAF's nessas instituições, agrônomo e agricultor agroecológico	Abril/2017 São Paulo (SP)
	Funcionamento e estrutura sociorganizacional da Cooperafloresta	Conversa via telefone	Cooperafloresta	Lucilene Vanessa Andrade	Ex-técnica da Cooperafloresta (agroindústria)	Mai/2017 São Paulo (SP)
Pesquisa de campo	Informações, relatos e impressões sobre a adoção da Agroecologia e a Cooperafloresta. Compreensão das dinâmicas territoriais geradas	Entrevista presencial	Cooperafloresta e Centro de Envolvimento Agroflorestal	<i>Pedro Oliveira de Souza (Pedro Baiano)</i>	Agricultor agroecológico	Jun/2017 Barra do Turvo (SP)
		Entrevista presencial	Cooperafloresta e SOF	<i>Maria Lúcia Moreira (Dona Maria)</i>	Agricultora agroecológica e beneficiadora de produtos artesanais	Jun/2017 Barra do Turvo (SP)
		Entrevista presencial	Cooperafloresta	<i>Gilmar Batista de Souza</i>	Coordenador da Agroindústria	Jun/2017 Barra do Turvo (SP)
		Entrevista presencial	Cooperafloresta	Damião	Agricultor agroecológico	Jun/2017 Barra do Turvo (SP)
	Informações e percepções acerca do conhecimento do governo municipal sobre Agroecologia e as suas relações com a Cooperafloresta	Entrevista via telefone	Prefeitura Municipal de Barra do Turvo - Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Alex	Diretor do Departamento de Abastecimento, Agricultura e Pecuária	Jun/2017 Barra do Turvo (SP)

4. O território estudado: o Vale do Ribeira

A seguir são apresentados o território estudado para verificar as dinâmicas territoriais existentes, como uma forma de compreender a localidade e permitir uma maior compreensão de como a agroecologia se insere no devido contexto.

O território do Vale do Ribeira é formado por 23 municípios e se localiza no sul do estado de São Paulo, fazendo divisa com os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. Apresenta a mais baixa renda per capita de São Paulo, além de diferenciar-se do restante do estado pelos seus aspectos sociais, culturais e ambientais, como apresentado a seguir (NEAD, 2006). Em 2000, de cada dez habitantes do Estado de São Paulo, 9,3 moravam nas zonas urbanas, enquanto no Vale do Ribeira esta proporção cai para 6,5 habitantes, ou seja, 35% das pessoas ainda moravam na zona rural. Metade dos municípios –Ribeira, Barra do Chapéu, Sete Barras, Barra do Turvo, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Miracatu, Eldorado, Itariri, Jacupiranga, Juquiá e Apiaí – apresentaram taxas de urbanização abaixo da média da região, que foi de 65,3% (IBGE, 2000).

Os principais ciclos econômicos do Vale do Ribeira que se instalaram ao longo da história foram: a exploração aurífera e outros minérios; o cultivo do arroz; o cultivo do café; o cultivo de chá e o cultivo de banana. Estes ciclos econômicos transformaram o Vale do Ribeira em uma potencial fonte de recursos naturais de baixo custo para regiões próximas. Atualmente a agricultura continua sendo a principal atividade econômica e fonte de renda da população do Vale, sendo que as culturas mais presentes nas lavouras são a banana e o chá preto, que ocupam áreas mais extensas e têm maior relevância do ponto de vista comercial. Atividades de pecuária também são registradas em algumas localidades.

O Vale do Ribeira possui vasta diversidade de substâncias naturais, contando com uma expressiva quantidade de minério. O processo de ocupação na região se deu baseado na exploração mineral, sendo que o município de Registro recebeu esse nome por ser o local onde se fazia o registro e a coleta de impostos do ouro vindo de Eldorado ou Iporanga. Já Sete Barras recebeu esta denominação por conta de uma lenda relacionada ao período em que se extraía ouro na região. Atualmente, é de Cajati que sai a maior produção de fosfato bicálcico da América Latina, utilizado, principalmente, para a produção de ração animal. Além disso, o Vale detém algumas das maiores jazidas de minérios ainda inexploradas do Estado de São Paulo (ISA, 2017).

Em contrapartida a esse tipo de exploração ambiental, a região, contudo, destaca-se pela preservação de suas matas e por grande diversidade ecológica. Seus mais de 2,1 milhões de hectares de florestas equivalem a aproximadamente 21% dos remanescentes de mata atlântica existentes no Brasil, sendo a maior área contínua de um ecossistema do Brasil. Neste conjunto de áreas preservadas, são encontradas não apenas florestas, mas importantes comunidades indígenas,

comunidades quilombolas, comunidades caiçaras, imigrantes e uma biodiversidade em plena preservação.

Os registros do sistema de informações territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) assinalam a presença de 7.037 agricultores familiares, 159 famílias assentadas, 33 comunidades quilombolas e 13 terras indígenas. Trata-se de comunidades espalhadas pelo território, frequentemente mais vulneráveis socialmente, exigindo maiores esforços por parte dos formuladores de políticas públicas (MDA, 2009). Ainda, o Vale do Ribeira concentra 40% das unidades de conservação do Estado de São Paulo. Por essa razão, a região recebe grande atenção de instituições públicas e de ONGs, tais como a Fundação Florestal, Programa da Terra e Instituto Sócio Ambiental (ISA), que visam a geração de renda ou o manejo sustentável em áreas de conservação ambiental.

Segundo estudos do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural vinculado ao antigo MDA, a alta vulnerabilidade que se encontra este território foi, mais recentemente, reforçada em razão das severas leis de proteção ambiental, que impuseram limitações às tradicionais atividades dos pequenos produtores familiares. Cerca de 75% das terras da região são regidas por leis de proteção ambiental, sendo que 58% dessas áreas são institucionalmente protegidas sob a forma de parques e estações ecológicas – de propriedade pública, o que impõe a proibição de qualquer uso econômico – ou de áreas de proteção ambiental, com propriedade e uso do solo privados, porém com restrições de uso (NEAD, 2006).

A população que vivia da agricultura de subsistência foi altamente afetada pela formação de novos parques e áreas de proteção que impossibilitaram a prática da coivara – queima da mata para o palmito -, prática tradicional em áreas de baixa fertilidade dos solos, o que fez agravar o quadro de dificuldades já existente na região. Para o NEAD (2006) –a precariedade da agricultura do Vale do Ribeira deve-se: a baixa fertilidade do solo e a falta de regularização fundiária, que gera constantes conflitos de posse de terra, resultando na marginalização de pequenos agricultores, ao mesmo tempo em que não oferece estabilidade para investimentos de maior monta aos agricultores mais capitalizados. Uma das alternativas apontadas para o desenvolvimento econômico do Vale do Ribeira é o ecoturismo.

Dentro do vale do Ribeira esta pesquisa focalizou o município de Barra do Turvo.

4.1. Barra do Turvo

O município de Barra do Turvo localiza-se na região do Vale do Ribeira, na divisa de São Paulo com o Paraná. A área total do município é de 1007,39 km², com uma densidade demográfica de 7,67 hab/km², sendo caracterizada por uma cadeia de montanhas e pela densa rede de drenagem

formada por rios encaixados nos fundos de vales, possuindo diversos trechos conservados de Mata Atlântica. Esses contrastam com áreas desmatadas para o plantio de monoculturas de *Pinus sp.*, *Eucalyptus sp.*, banana e pastagens.

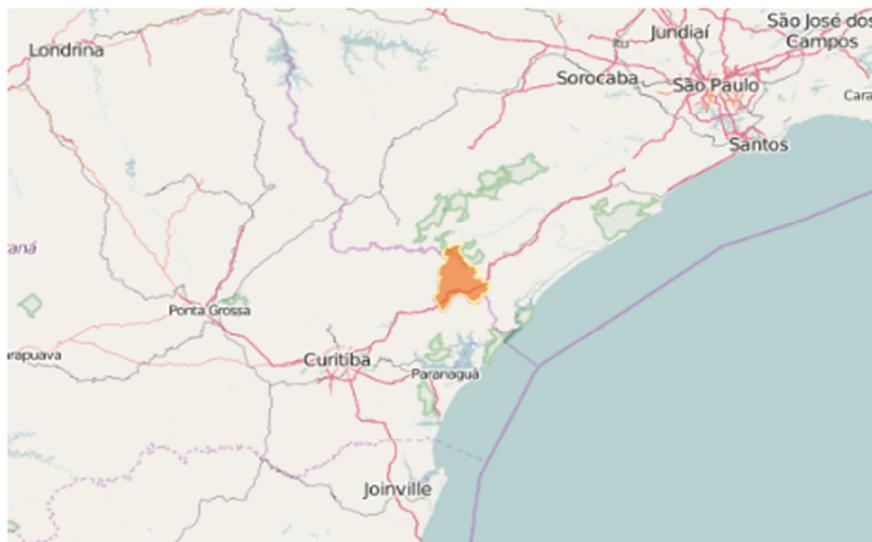


Figura 2: Localização do município de Barra do Turvo, representado em cor laranja

Fonte: IBGE

Geograficamente, ao entrar o município, nota-se uma grande dimensão de áreas verdes, que cobrem diversas montanhas e constituem vales. À primeira vista, não se observa muitas zonas desmatadas, mas elas vão aparecendo aos poucos. Barra do Turvo abriga o Parque Estadual Rio Turvo, uma das unidades do Mosaico de Jacupiranga, subdividido em 14 áreas de conservação. De uma beleza cativante, passa-se um longo trecho de matas e florestas, seguido de pequenas propriedades em 32 km de estrada asfaltada a partir da Rodovia Régis Bittencourt, até que se chega na zona urbana do município.

De acordo com dados de 2010, o município de Barra do Turvo possui 7.729 habitantes, sendo 41,07% a população em meio urbano e 58,93 % em ambiente rural (ATLAS BRASIL, 2013). Cabe pontuar que a população de Barra do Turvo vem diminuindo, uma vez que entre 2000 e 2010, a população decresceu a uma taxa média anual de 0,48%, enquanto que o Brasil cresceu 1,17%, no mesmo período, assim como o número de habitantes do meio rural, que seguiram o processo histórico de êxodo rural.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), 13% da população do município vivia em situação de extrema pobreza, equivalendo a 1002 pessoas do total de 1,1 milhão de pessoas consideradas extremamente pobres no Estado de São Paulo. Atualmente a quantidade de famílias

inscritas no Cadastro Único para Políticas Sociais (CadÚnico) é de 1714, o que sugere a permanência da vulnerabilidade social presente no local (MDS, 2016).

Em um contexto histórico de pobreza rural, visto a localização do município no Vale do Ribeira, as falas dos agricultores entrevistados revelam períodos em que a fome e a escassez era algo presente e que quando combinados com os conflitos por terras, acabavam por remontar cenários de miséria e de extrema violência. Segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros de 2008, Barra do Turvo ocupa a 277^a posição no ranking dos 556 (10%) municípios com maiores taxas médias de homicídio (em 100 mil habitantes) na população total do Brasil, com uma taxa média de homicídio de 39,6% (WAISELFISZ, 2008).

Durante o período de pesquisa de campo foram explicitados casos entre comunidades rurais periféricas, em que a disputa pela terra e por recursos se faz presente entre as populações mais vulneráveis de forma violenta.

A possuir historicamente um dos mais baixos índices do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Estado de São Paulo, o IDHM de Barra do Turvo, segundo dados de 2010, é 0,641, o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Médio. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,792, seguida de Renda, com índice de 0,625, e de Educação, com índice de 0,532. Esses índices, quando comparados aos anos 2000, melhoraram significativamente (ATLAS BRASIL, 2013).

De acordo com o Diagnóstico Socioterritorial desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre 2006 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 54,3%, passando de R\$ 32,3 milhões para R\$ 51,4 milhões. A renda per capita de 2010 em reais foi de 390,88 reais, o que explicita o baixo grau de desenvolvimento econômico do município (MDS, 2016).

A partir do infográfico abaixo, disponível na plataforma DataViva, em que se detalha as atividades econômicas em Barra do Turvo no ano de 2014, vale frisar a agropecuária, em verde no infográfico, que corresponde a criação de bovinos (3,1%), a atividades de apoio à agricultura (0,6%), criação de outros animais de grande porte (0,6%), criação de outros animais (0,3%) e horticultura (0,3%).

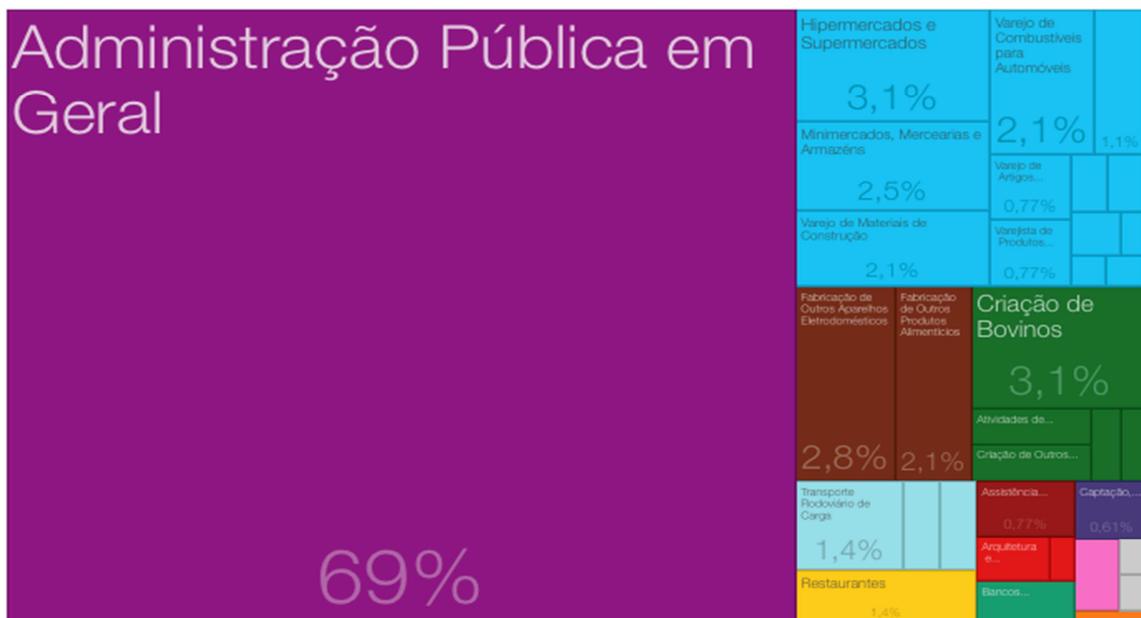


Figura 3: Infográfico atividades econômicas Barra do Turvo (SP)

Fonte: DataViva - dados fornecidos pelo RAIS

Não obstante, durante a pesquisa, ao conversar com servidores da prefeitura, com comerciantes e agricultores do município, muitos dizem que uma das principais atividades econômicas é a agricultura, seguida pela pecuária, em especial com a criação de búfalo. Em entrevista com o diretor do Departamento de Abastecimento, Agricultura e Pecuária, da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico do município de Barra do Turvo, esse apontou que a renda do município advém, majoritariamente da Administração Pública, seguida da agroecologia e então da comercialização de leite de búfalo, impressões essas que conferem maior relevância ao setor agrícola do que as atividades econômicas expressas acima revelam.

Por outro lado, o município de Barra do Turvo veio ao longo do tempo chamando a atenção dentre os pesquisadores, universidades e teóricos da área da sustentabilidade devido às práticas agroecológicas que vem sendo realizadas pelos agricultores desde o final dos anos 90. Segundo os agricultores entrevistados e documentos institucionais da Cooperativa Cooperafloresta, a agroecologia passou a assumir forma no local através da disseminação da agrofloresta, que foi aos poucos sendo explicada e demonstrada para os agricultores (antes não agroecológicos) por meio do agrônomo Oswaldo Souza –Oswaldinho, morador) - e de Nelson Correia, os primeiros impulsionadores da agroecologia na região que eram recém-chegados em Barra do Turvo.

As falas remetem ao ano de 1996, sendo que o Oswaldinho acabara de começar a trabalhar na Casa de Agricultura do município. Juntos, começaram a se articular e promover eventos sobre o tema para os agricultores, e realizar visitas em cada pequena propriedade agrícola para compartilhar os fundamentos e princípios da agroecologia. A partir desse e de outros movimentos simultâneos, é

que foi se materializando o principal ator da agroecologia na região, a Cooperafloresta, apresentada a seguir.

4.2 A Agroecologia no território estudado e a Cooperafloresta

O surgimento da prática dos Sistemas Agroflorestais (SAF's) por parte dos agricultores da região da Barra do Turvo iniciou-se em 1996, a partir das ações de Nelson e Oswaldo e de outras duas famílias agricultoras que participaram de um curso ministrado pelo agricultor Ernst Götsch, referência até os dias de hoje no que concerne agrofloresta. Essas famílias pioneiras foram essenciais para que em 1998 se formasse um grupo de cerca de trinta famílias que começaram a praticar a agrofloresta e a comercializar de forma solidária e coletiva as suas produções. Ainda, através das famílias pioneiras é que se deu continuidade na capacitação de outros agricultores, a qual foi chegando aos poucos.

De acordo com o engenheiro agrônomo Marcon (2002), a precariedade das condições econômicas, sociais e ambientais têm, facilitado a adesão à proposta agroflorestal no município de Barra do Turvo, assim como o desejo de conciliar produção agrícola e preservação ambiental. Os agricultores encontravam-se, de modo geral, insatisfeitos com a situação socioeconômica da região e simultaneamente sensíveis a questões de cunho agroecológico, fato relacionado com a cultura quilombola presente. Nesse sentido, a agricultura à base de insumos químicos não apresentava, para esse público, resposta a seus anseios, de modo que adaptado à realidade de abundância ambiental da região, vide a expressiva quantidade de área de mata atlântica, a agrofloresta apresentou-se como um caminho.

As técnicas vinculadas à agrofloresta e, junto à ela, os Sistemas Agroflorestais (SAF's), foram resgatados de culturas antigas e atualizados para atender às necessidades de evolução no uso da terra, especialmente em regiões tropicais, e hoje se expandem em diversas regiões onde sejam possíveis os cultivos agrícolas e florestais. Uma característica elementar dos SAFs é a utilização de uma grande diversidade de plantas, de diferentes espécies, tempos de crescimento, alturas -estratos, termo comumente utilizado- e habitats, que são manejadas para atender às necessidades vitais da comunidade, isto é, alimentação, saúde (uso de plantas medicinais), confecção de vestuário, construção de casas e abrigos, e etc.

A legislação brasileira, em diferentes instrumentos legais define os sistemas agroflorestais como:

sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e

temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes (BRASIL, 2009, BRASIL, 2010)

Para o ICRAF (International Centre of Research in Agroforestry), “sistemas agroflorestais (SAFs) são combinações do elemento arbóreo com herbáceas e (ou) animais, organizados no espaço e (ou) no tempo”. Esses sistemas são geralmente do tipo sucessionais, quando implantados e manejados para imitar a dinâmica de sucessão ecológica de restauração natural de uma floresta nativa, porém com composição e manejo que atendam à segurança alimentar e ao aumento da renda familiar (MAY, TROVATTO, 2008).

Nas palavras do agrônomo Namastê Messerschmidt, agrônomo entrevistado e ministrante de um dos cursos realizados para a pesquisa, pode-se dizer que a agrofloresta é um tipo de agricultura agroecológica, ou seja que produz alimento de forma limpa, sem utilizar insumos químicos, sementes transgênicas, entre outros, e que busca ainda, reproduzir um ambiente de floresta com as infinitas características que essa possui: diversidade, alta decomposição de matéria orgânica, abertura constante de clareiras, presença de diversos microorganismos e macroorganismos e acumulação de biomassa. Isso a fim de que se obtenha a abundância que o ambiente de floresta proporciona, o que vem sendo confirmado por diversos estudos na área da agronomia sustentável a partir do estudo de propriedades agrícolas que utilizam os SAF's.

Todavia, mais do que identificar os componentes de uma agrofloresta é importante caracterizar que intervenções ou práticas de manejo estão por trás dessa estrutura e essas, são realizadas por pessoas a partir de seus saberes locais. Dessa forma, pontua-se a relação que a agrofloresta estabelece não somente com o ambiente a que está disposta, mas sim com a cultura local de ecologia propagada (presente de forma assídua nos povos indígenas, tradicionais e quilombolas), de modo que sua prática, implementação e, logo, sucesso dialoga constantemente com quem a realiza no território.

Visto que é no Vale do Ribeira que se concentra o maior número de remanescentes de comunidades de quilombos do Estado de São Paulo, a forte presença de quilombolas em Barra do Turvo colaborou para a adoção das SAF's, já que trouxe consigo aspectos de preservação e de relação com a natureza que dialogam com aspectos culturais dessa população.

Essas práticas se estabeleceram de forma coletiva na região e se consolidaram com a criação de uma associação, a Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta-, formalizada no ano de 2003.

A prática agroflorestal é o principal sistema produtivo das propriedades rurais dos agricultores associados à Cooperafloresta e tem sido uma estratégia de reprodução social na qual estão inseridos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Os SAF's são implementados na Barra do Turvo pela Cooperafloresta e são atualmente base da produção, da segurança alimentar

e da renda dos agricultores agroecológicos. A Cooperafloresta, representa, portanto, um ator de extrema relevância dentro do contexto de agroecologia na Barra do Turvo.

Em relato de Pedro Oliveira de Souza, agricultor agroecológico pioneiro e um dos fundadores da Cooperafloresta, o processo de surgimento da Cooperafloresta foi ocorrendo da seguinte forma:

a coisa começou a crescer, foi entrado mais gente. Através da AOPA⁴ e com a ajuda do Nelson, foi aberto espaço pra gente comercializar nossas coisas no Passeio Público, em Curitiba. Nessa época a prefeitura começou a ajudar. A Coopera tava crescendo, mas ainda tava crescendo mole, com gente que não tinha ideia do que tava fazendo, não tinha compromisso sério com a Agrofloresta, não tinha esse fanatismo doente que a gente tem, ou sadio, sei lá. Nessa época tinha muita coisa que gerava muito problema pra gente, e o povo numa miséria muito grande começava a reclamar na prefeitura que as coisas não tava dando certo. A Coopera tava grande, mas mole, cheia de problema, cheia de gente reclamando. Sabe, aquela dificuldade louca pra carregar o trem, e um monte de gente pra reclamar. A prefeitura parou de ajudar, e só depois que ela parou, uma coisa que parecia ser um grande mal, acabou sendo um grande bem, porque as pessoas que não queriam e não tinham compromisso começaram a sair, foram esvaziando... Aí baixou o número de pessoas, voltou para umas trinta de novo. Isso facilitou a vida, porque ela ficou com poucas pessoas, mas ficou mais forte. Isso foi o que ajudou a gente a ir estruturando tudo. Daí a gente resolveu criar uma associação (STEENBOCK, W.et al., 2013 p. 33).

Com o auxílio de agrônomos, em redes de agricultores, de entidades de assessoria técnica e de consumidores, fundou-se a Associação Cooperafloresta, para comercializar os produtos sem a necessidade de atravessadores. Essa se formalizou no ano de 2003 e possui como lema unir “Gentes e Natureza”.

De acordo com seu Estatuto, busca-se o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento de uma consciência ambiental unida à questão social, visando à construção da agroecologia e da prática agroflorestal para o enfrentamento da exclusão social, mediante alternativas de produção e renda para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Barra do Turvo (SP) e Adrianópolis (PR) são municípios que fazem divisa, sendo que os agricultores cooperados que são de Adrianópolis moram em sua zona rural, estando extremamente próximos de Barra do Turvo, que é o principal local de atuação da Cooperafloresta.

A Cooperativa propõe em sua missão, que o resgate e o desenvolvimento da cultura e história quilombola, a fim de que se mantenha e se valorize o vasto conhecimento que as comunidades tradicionais e quilombolas da região possuem sobre a natureza. Também apresentam objetivos de superar as dificuldades socioeconômicas existentes na região, de modo que a

⁴ Associação de Agricultura Orgânica do Paraná.

Cooperafloresta compreende que o exercício da plena cidadania que sua missão visa promover, pressupõe o acesso à educação, alimento de qualidade, saúde, moradia adequada, trabalho e renda.

Para tanto, a Cooperafloresta propõe-se a facilitar os processos de organização, formação e capacitação das famílias agricultoras, planejamento dos sistemas agroflorestais, além do beneficiamento, agroindustrialização e comercialização da produção. A estrutura política formal da Associação, conforme prevê o seu Estatuto, se dá por meio da deliberação, do monitoramento e do controle das atividades da organização pelas Assembléias, através dos Conselhos e da Diretoria. Entre os Conselhos está o dos Representantes, formado por um representante de cada um dos 22 grupos da organização que se reúnem uma vez ao mês para discutir e deliberar sobre as atividades da Associação. A periodicidade das reuniões do Conselho dos Representantes, além da frequência da prática de mutirões, possibilitam a participação constante dos associados na gestão da associação, além de serem espaços que promovem a organização produtiva e política dos agricultores. Quanto às áreas operacionais, administrativas, de comercialização, assistência técnica e agroindústria tem-se equipes específicas.

O processo de comercialização, por exemplo, reúne doze cargos diferentes, executados por 22 pessoas, entre diretores, assessores externos, supervisor de comercialização, responsável administrativo-financeiro, ajudantes de beneficiamento, responsáveis pelo beneficiamento e pela climatização, motoristas, ajudantes de motorista e feirantes. Desse total, a grande maioria pertence às unidades familiares da Associação.

Em seu ápice, em que segundo Gilmar Batista de Souza, atual Coordenador da Agroindústria da Cooperafloresta e por muitos anos responsável pela contabilidade da associação, se deu quando diversos projetos de financiamento estavam sendo implementados, entre 2000 e 2012, existiam 120 famílias organizadas em 22 grupos, envolvendo 322 pessoas nos municípios de Barra do Turvo, Adrianópolis e Bocaiúva do Sul no Paraná. A área cultivada pelos agricultores associados correspondia, na época, a 1000 hectares, onde podia ser contabilizado mais de 300 espécies de plantas. Atualmente, contudo, fazem parte da associação 78 famílias. Esta diminuição e outros aspectos serão analisados a seguir, a partir das dimensões que consolidaram dinâmicas territoriais relacionadas à Agroecologia no Vale do Ribeira.

5. As dinâmicas territoriais: dimensões ambiental, econômica, político-institucional e sociocultural

O território, conforme Raffestin (1980), é objetivado por relações sociais de forma concreta e abstrata, assim como relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Faz-se presente o caráter político do território, em que aspectos e processos econômicos e simbólicos em sua constituição e na territorialidade, com forte ênfase para as relações de poder estabelecidas e para as redes de circulação e comunicação, o revelam.

Tomando-se como base o referencial teórico e com destaque para aspectos que dialogam com as dinâmicas territoriais, estas dinâmicas foram verificadas a partir de quatro dimensões: a dimensão ambiental, econômica, político-institucional e a dimensão sociocultural. Essas dimensões serão aprofundadas a seguir.

5.1 A dimensão ambiental

Pode-se verificar por meio de estudos bibliográficos e pesquisa a campo, que a adoção da prática dos sistemas agroflorestais pelos agricultores da Barra do Turvo e Adrianópolis contribui com a qualidade ambiental da região, visto que através dos princípios e das técnicas agroecológicas foi possível recuperar e regenerar áreas degradadas, a começar pelo solo. Essas áreas, segundo os próprios agricultores entrevistados, foram por muito tempo exploradas através da agricultura extensiva, da pecuária e das queimadas, essas últimas, principalmente, por ser uma prática muito utilizada para “limpar” o terreno. As queimadas e a pecuária configuram-se como práticas que denigrem o meio ambiente ao longo do tempo, uma vez que reduzem, no primeiro caso forçosamente, a vida no solo e, no segundo caso, impactam diretamente na sua compactação. Ainda, o impacto ambiental da pecuária é muito alto, visto que é responsável pela emissão de diversos gases de efeito estufa (GEEs). O metano, principal gás produzido por esta atividade é emitido pela derrubada da floresta para estabelecimento de pastagens e pela ruminação e as fezes dos animais.

A utilização de SAFs tem sido, nas últimas décadas, bastante difundida como alternativa para recuperação de áreas degradadas. A combinação de espécies arbóreas com culturas agrícolas e a criação de animais, proporciona a melhoria nas propriedades físico-químicas de solos degradados, bem como na atividade de microrganismos, considerando a possibilidade de um grande número de fontes de matéria orgânica, advinda do manejo constante do Sistema. Ao proporcionar o favorecimento da sustentabilidade ambiental, por meio da ciclagem de nutrientes, a atenuação de extremos climáticos e o elevado potencial de sequestro de carbono (SCHOENEGER, 2009; FROUFE *et al.*, 2011), classifica-se os SAF's como os sistemas de produção agrícola com o maior

potencial de minimizar os impactos da agricultura nos mais importantes biomas brasileiros (KHATOUNIAN, 2001).

Logo, ao passo que essas práticas contribuem para a degradação do meio ambiente, as práticas agroflorestais contribuem para a sua regeneração. A adoção dos SAF's visa justamente recuperar os solos e as florestas e, segundo Ernest Gotsch:

Em suma, o objetivo é criar mais vida, mais fertilidade no solo, um sistema mais próspero. Isto exclui - por sua natureza fortemente entrópica - o uso do fogo para a limpeza do campo, o uso de maquinaria pesada, bem como o uso de agrotóxicos. Também exclui o uso de qualquer adubo trazido de fora, quer dizer, qualquer matéria que não seja resultado direto do metabolismo do próprio subsistema (GOTSCH, 1995).

Visto que a agrofloresta vem sendo praticada há mais de 15 anos por agricultores da Cooperafloresta, nota-se essa recuperação do solo e das florestas simplesmente ao avistar, ainda que de longe, as comunidades rurais com agricultores associados de Barra do Turvo e Adrianópolis. Ao visitar as propriedades, nota-se uma recuperação surpreendente. A propriedade de Pedro Oliveira, visitada durante a pesquisa de campo é um exemplo dessa recuperação. Sua propriedade, por muito tempo, era completamente desmatada e segundo o agricultor, de tanta queimada e utilização da terra para pasto, nada mais criava vida no local, ou seja, não era possível praticar a agricultura e nem ao menos plantar sementes e mudas de espécies que precisam de menos fertilidade devido à tamanha degradação.

No entanto, após mais de 20 anos praticando a agrofloresta, atualmente a propriedade do Pedro constitui-se como uma verdadeira floresta, sendo um dos exemplos de produção da Cooperafloresta -nas próprias palavras de alguns cooperados. Logo na entrada de sua propriedade, nota-se uma imensa mata, totalmente plantada por suas mãos. Para chegar em sua casa, é preciso atravessar um Rio de barco ou de tirolesa, ambos confeccionados artesanalmente pelo agricultor. De tirolesa, atravessa-se a mata, em que se nota diversas árvores, de diversas espécies, tamanhos e cores e se escuta o barulho dos pássaros. Esse microambiente apenas da entrada, reflete por si só parte da biodiversidade que foi retomada no local.

Ao aprofundar ainda mais em sua propriedade, percebe-se um *continuum* de áreas verdes, em que não é possível distinguir o que é horta e o que é floresta, isso porque dentre as principais técnicas relacionadas à prática agroflorestal, está o plantio de mudas e sementes de diferentes espécies de forma consorciada, em que se planta conjuntamente espécies arbustivas, árvores - nativas, frutíferas - com legumes, hortaliças, verduras e outros alimentos.

Ainda, a prática da agrofloresta nessa região pode ser vista como uma alternativa para a proteção das áreas verdes. Nesse sentido, a prática agroflorestal pode representar uma resposta ao desafio da conciliação entre a sustentabilidade na produção de alimentos e a sustentabilidade ambiental, sendo que em função disso, a implantação de agroflorestas, inclusive em áreas de Preservação Permanente, passou a ser reconhecida legalmente como de interesse social no Brasil desde 2001, permanecendo dessa forma no atual Código Florestal (BRASIL, 2012).

Não obstante, percebeu-se que não há o reconhecimento dessa possibilidade de proteção das áreas verdes por parte dos órgãos locais e estaduais de forma efetiva, sendo que os mesmos continuam a investir em parques turísticos para a preservação ambiental. Quanto à isso, questiona-se o fato de quanto preservar de forma restrita a biodiversidade prejudica comunidades locais que se valem da agricultura como fonte de subsistência e renda.

Outro impacto positivo causado pela adoção da agroecologia na região diz respeito à água e à proteção hídrica. Os SAFs além de ter a capacidade de restabelecer a atividade da fauna nativa, restabelece os ciclos hidrológicos, fazendo com que os olhos d'água voltem a verter nas paisagens manejadas. Diferentemente de uma produção de monocultura, em que não se cria um ambiente de floresta, mas sim algo padronizado, sem cobertura de solo, a produção agroflorestal retém água e a distribui aos poucos, de modo que os rios, tão presentes em Barra do Turvo e na região do Vale do Ribeira como um todo, demoram mais a esvaziar. Segundo os agricultores, por causa do desmatamento, quando chove o rio fica só três dias cheio, sendo que antigamente tendia a ficar 15 dias. Isso porque quando só se tem pasto, a água escorre toda de uma vez, levando junto camadas do solo que estavam se formando, de modo a assorear os rios e algumas horas depois, fazer com que toda a água já tenha ido embora.

Ao visitar a propriedade de Pedro Oliveira e Damião, observou-se a abundância de água. Ambos moram extremamente próximos ao Rio Capivari, que faz parte da bacia hidrográfica do Rio Ribeira e já se situa no estado do Paraná. Suas principais produções ficam afastadas do Rio e por essa razão a questão da água, tendo em vista os desmatamentos e a compactação do solo na região, era considerada um entrave. Entretanto, Pedro diz que foi possível criar um oásis a partir da agrofloresta, pois se antigamente sua propriedade tinha pouquíssima água, atualmente se tem diversas nascentes e olhos d'água ao longo de toda produção.

5.2 A dimensão econômica

Uma das principais características da produção agroecológica por meio dos SAF's é a diversidade de culturas. Quanto à produção dos associados, atualmente são cultivados por volta de 114 alimentos diferentes entre frutas, leguminosas, hortaliças, tubérculos, processados e derivados

de animais tanto destinados ao autoconsumo quanto à comercialização, segundo estudo realizado por Perez-Cassarino (2012). Antes da inserção na Cooperafloresta, os agricultores acessavam apenas um tipo de comercialização, em geral o atravessador de grãos ou de banana. Ainda, havia pouca diversidade de produtos, uma vez que as produções ainda não eram por meio das SAF's e a realidade ambiental era de terras empobrecidas pelas queimadas, fazendo com que a sobrevivência da população local se desse através de produções restritas. Nesse cenário, cada agricultor procurava viabilizar a venda de sua produção de forma independente, a enfrentarem sozinhos as adversidades mercadológicas e climáticas.

Nesse sentido, para que a agrofloresta fosse implementada, para além das adequações espaciais e ambientais, como também a identificação da população com a prática, a questão da comercialização é essencial para que se viabilize a produção, ainda mais imersa no contexto de vulnerabilidade da Barra do Turvo. Por meio do associativismo, foi possível obter canais de venda, sendo que esse traço aparece em diversas conversas e entrevistas com os agricultores. Damião, agricultor agroecológico entrevistado, por exemplo, frisou que entrou na Cooperafloresta pois dessa forma teria para onde vender, não porque de antemão se identificou com os princípios da Associação e da agroecologia.

A comercialização da Cooperafloresta se concentra em alimentos *in natura*, totalizando uma diversidade de aproximadamente 70 variedades, entre frutas, verduras, grãos e hortaliças. Já na mesa das famílias agricultoras e quilombolas, a variedade é ainda maior, contabilizando mais de 100 produtos para autoconsumo. O principal produto comercializado pela Associação é a banana, fruta característica da região e dos SAF'S.

A partir da inserção na Cooperafloresta, ampliou-se a margem de negociação e os canais de escoamento, de modo que foram alcançados diversos canais de comercialização, como as Feiras Orgânicas da Cidade de Curitiba, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dos Estados de São Paulo e do Paraná, o Circuito Sul de Agroecologia⁵, as feiras solidárias e vendas em sua sede.

Atualmente, os agricultores associados possuem como foco de comercialização as feiras de Curitiba, que acontecem 5 vezes por semana. Uma crítica dos agricultores entrevistados é que os canais de comercialização são os mesmos há anos e isso, na visão do Pedro Oliveira, entrevistado para essa pesquisa, é desestimulante. No entanto, não há dúvidas de que a comercialização dos produtos agroecológicos pela Cooperafloresta é efetiva, o que também é citado pelos agricultores

⁵ O Circuito Sul de Circulação da Rede Ecovida é formado por quatro organizações que fazem parte da Rede Ecovida, incluindo a Cooperafloresta, no qual é feita a troca e circulação de produtos visando complementar a oferta de produtos às instituições mercados, entre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2011).

como um dos maiores motivos de permanecerem como cooperados. O incremento de outros canais de comercialização é necessário, indubitavelmente, uma vez que ao escoar mais produção, a renda dos agricultores poderia aumentar. Nesse sentido, vale pontuar que os agricultores dizem que perdem produtos justamente por não conseguirem escoar toda a produção para esses canais, o que configura um grande problema.

Uma vez que com a Cooperafloresta se acessou meios de escoamento de produção, a produção e comercialização de produtos aumentou consideravelmente e colabora para que a horticultura seja uma das principais atividades econômicas do município. Ademais, é notável o quanto a Cooperafloresta é presente, pois se vê na rua e nos postos, caminhões e carros da Cooperafloresta transitando, pessoas vestindo a camisa da Cooperafloresta em meio aos comércios e também, quando se questiona os comerciantes se eles possuem conhecimento sobre a produção agroecológica do município, o nome da Cooperafloresta e de alguns agricultores cooperados é prontamente citado.

Em contrapartida, quando se questiona a população local se eles compram produtos da associação, a resposta é, em sua maioria, negativa, pois dizem que a Cooperafloresta não possui um lugar de venda. De fato, a associação não possui um canal constante de comercialização no município, participando das feiras locais esporadicamente. Ademais, ao entrar nos estabelecimentos como mercados e pequenas vendas locais, não se nota produtos da associação, seja na parte de alimentos frescos (verduras, hortaliças, frutas, legumes e etc), seja na parte de alimentos beneficiados pela agroindústria, o que acaba por inviabilizar que a população do município acesse os alimentos com facilidade.

Ao conversar com Gilmar, este disse que a Cooperafloresta não vende em comércios e feiras em Barra do Turvo com constância pois não há incentivos para tal por parte governamental e também os consumidores ainda não valorizam os produtos, não optando por escolher produtos diferenciados e livres de agrotóxicos. Ainda segundo o entrevistado, uma vez que a população ainda não opta por produtos agroecológicos -embora a população local, quando entrevistada, saiba explicar o que são alimentos orgânicos e agroecológicos-, ela não se dispõe a pagar um preço justo por essa especificidade, de modo que Barra do Turvo não é um ponto focal de vendas da associação.

Já em Curitiba a realidade é diferente, os consumidores valorizam os produtos agroflorestais e estão dispostos a pagar um preço justo pelos produtos, de modo que por essa razão é que tiveram desde o começo Curitiba como o principal ponto de escoamento. Vale pontuar, a diferença do poder de compra dos consumidores dessas duas localidades e as diferentes realidades socioeconômicas que eles enfrentam, fatores que influenciam essa questão. De acordo com o IBGE, Curitiba conta com 1 751 907 habitantes, o que representa 0,44% da população de Barra do Turvo, e é a 5ª maior

economia do país, possuindo índices socioeconômicos altíssimos, realidade completamente distinta da do município. (IBGE, 2010)

Quanto a isso, observa-se a ausência de um mercado solidário ou de uma rede de comercialização que envolva a população do próprio município, principalmente na zona urbana. Isso porque no âmbito rural, existem trocas de produtos entre os agricultores, algumas monetizadas e outras não, sendo que não se sabe a dimensão disso perante a economia do município. Nesse sentido, pode-se dizer que em termos de comercialização e movimentação de recursos na cidade por meio da agroecologia, tem-se um cenário pouco desenvolvido.

Ainda, através de projetos de financiamento acessados, em especial o Projeto Agroflorestar II impulsionado pela Petrobrás, foi possível estabelecer, em 2014, uma Agroindústria em Barra do Turvo para o beneficiamento dos produtos, com o objetivo de aumentar o valor agregado dos produtos, escoar e aproveitar a produção, assim como reduzir o desperdício. Buscava-se, ainda, uma agroindústria que representasse a diversidade dos alimentos advindos da agrofloresta, sendo que no início se pensava em ter a maior gama de produtos possíveis, fato que ao longo do tempo foi mudando, uma vez que os cooperados foram encontrando diversas dificuldades na agroindústria, pensando até na possibilidade de fechá-la, já no ano seguinte.

Atualmente, a agroindústria comercializa 22 produtos, dentre eles alimentos funcionais (como gengibre em pó, açafrão em pó, farinha de berinjela, de maracujá e etc); alimentos minimamente processados (pupunha, inhame, abobrinha, chuchu etc); amidos resistentes (biomassa de banana-verde, farinha de inhame cru, farinha de yacon etc); passas e doces, como goiabadas e banana-passa. Esses produtos estão disponíveis no próprio website da Cooperafloresta, através da loja virtual da Associação, e também podem ser encontrados em diversas lojas na cidade de São Paulo, assim como em outras cidades, o que demonstra a expansão da Cooperafloresta em se tratando de ocupar nichos em diferentes localidades e mercados.

A partir da adoção da agroecologia em Barra do Turvo, ao longo do desenvolvimento da Cooperafloresta, tiveram diversos projetos de financiamento e apoio à mesma que acabaram por trazer infraestrutura, como a agroindústria, que é uma das únicas do município. Ainda, como muitos dos agricultores dizem ter passado de uma situação de pobreza para uma situação de certo modo estável, em que se tem o suficiente para viver, esses passaram a fazer parte do mercado local, uma vez que com a renda advinda da agricultura acessam comércios e serviços disponibilizados na zona urbana.

Outro aspecto que merece destaque é que com o advento da Associação e o trabalho realizado, diversas pessoas passaram a visitar o município de Barra do Turvo a fim de conhecer as agroflorestas, o que de forma indireta colaborou para os comércios locais. Isso porque muitas das visitas ficam alojadas nas próprias propriedades rurais, mas quando transitam se abastecem na

cidade, que é o único local em que se tem serviços. Também acessavam os mercados e outros comércios, o que movimenta capital. Essa realidade foi vivida na pesquisa de campo, dado que ao chegar no município, passou-se pela zona urbana a fim de abastecer o veículo e se alimentar, assim como na saída, em que novamente se entrou na urbana para abastecer e comprar alimentos para a volta da viagem.

5.3 A dimensão político-institucional

Nesta dimensão será abordada a questão da certificação, levando-se em conta a importância, percebida durante a pesquisa, para a estruturação da produção e comercialização agroecológica, assim como os aspectos socioinstitucionais envolvidos nessa estruturação.

5.3.1 Certificação

A partir do momento em que a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos atinge larga escala, surgem, concomitante à ampliação do mercado, barreiras mercadológicas. Essas barreiras procuram filtrar produtores que não produzem conforme a regulação para tal, garantir a confiança dos consumidores e também viabilizar que os produtos sejam reconhecidos e, portanto, comercializados em outros mercados (fora das feiras e do entorno à comunidade de origem, em mercados regionais, internacionais e etc). A certificação e o selo de garantia consistem num diferencial agregado ao produto orgânico e se tornam, ainda, não só atrativas para outros agricultores realizarem esse tipo de produção, como também ferramentas de valorização para os que já produzem. Dessa forma, “aliado à perspectiva de ampliação de mercados, pode-se notar que a legitimação do produto como ecológico ultrapassa a utilidade racional e alcança um significado simbólico, representando a concretização perante a sociedade de um grupo que se revaloriza” (BORGES, 2009. p 141).

Pinto e Prada (2008) explicitaram que um sistema de certificação é composto por uma organização que define os padrões e políticas do sistema; um organismo de acreditação (que registra os organismos de certificação); e organismos de certificação (que são responsáveis por auditorias no campo e rastreabilidade na cadeia produtiva). Todavia, as possibilidades de implementação desses sistemas variam de acordo com a distância entre o produtor e o consumidor final de seu produto, de modo que cada possibilidade está atrelada ao nível de informação e confiança de consumidores sobre os produtores e as garantias propostas por cada sistema de certificação. Atualmente no Brasil são aplicados dois tipos de sistemas de garantia: o de terceira parte e a certificação participativa. “O sistema de garantia de terceira parte é a certificação por auditoria externa [...] Esta terceira parte é

representada por organismos certificadores, que, a partir de inspeção externa feita nas propriedades e de análises laboratoriais, verificam se a produção está em conformidade com o padrão definido e atestam por certificado a qualidade” (IPARDES, 2007).

Em se tratando do outro sistema, tem-se o Sistema Participativo de Garantia (SPG), que busca criar elos com o mercado por intermédio de relações diretas entre consumidor e produtor, seja na relação com o consumidor final (compra direta de agricultores em feiras, por exemplo), ou em programas do mercado institucional (merenda escolar e associações).

Um fator que representa tanto o processo de reconhecimento social, mercadológico e ambiental quanto à produção e comercialização da Cooperafloresta é a sua certificação orgânica. Essa representa, ainda, o associativismo e a forma com que a Associação opera, buscando redes tanto de conhecimento, intercâmbios, comercialização, quanto formas de legitimação. A garantia da qualidade ecológica da sua produção agroflorestal é certificada por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), através da parceria com a Rede Ecovida de Agroecologia, principal articuladora da agroecologia no Sul do país (PEREZ-CASSARINO, 2012). Nesse sentido, explicita-se que a certificação participativa:

É um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade. O selo Ecovida é obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Ali ocorre a filiação à Rede, a troca de experiências e verificação do Conselho de Ética. A certificação participativa é uma forma diferente de certificação que além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões (REDE ECOVIDA, 2016).

Estabelecer contato, sobretudo, proximidade com a Rede Ecovida confere credibilidade à produção agroflorestal dos agricultores cooperados, o que traz novas possibilidades para a Associação como um todo e, em se tratando da certificação, garante que a produção alcance outros mercados e nichos, tanto em outras cidades, quanto estados. Em São Paulo, por exemplo, muitos comércios exigem que haja o selo no produto para que a comercialização seja viabilizada, de modo que possuir o selo aumenta os possíveis canais de venda da Cooperafloresta.

5.3.2 Aspectos socioinstitucionais

Como abordado na dimensão econômica, um meio de comercialização extremamente relevante para a Cooperafloresta é o mercado institucional, através das compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE) que envolve o governo municipal. Cerca de 50% da produção é direcionada para esse mercado, sendo que em 2010, a maior parte do faturamento total, aproximadamente R\$ 842.000,00, foi proveniente do PAA, conforme ilustra o gráfico a seguir:



Gráfico 1: Porcentagem do Faturamento Total de 2010 de cada Canal de Comercialização da Cooperafloresta

Fonte: COOPERAFLORSTA. [Dados brutos da comercialização no período de 2008-2010]. Barra do Turvo, 2011b.

Atualmente a Cooperafloresta está acessando o PNAE em Barra do Turvo, mas o PAA não é acessado desde 2016, em que o edital foi finalizado. Acessavam o PAA de Curitiba, porém tiveram problemas com a prefeitura em 2014, uma vez que essa não pagou as produções dos associados, devido a questões políticas e fraudes, resultando em um déficit financeiro na Cooperafloresta e também no desligamento de diversos agricultores agroecológicos, que se desvincularam devido ao fato de não terem recebido o pagamento. Segundo Gilmar Batista de Souza o valor girava em torno de R\$500.000,00 e até os dias de hoje não foi reembolsado.

Em se tratando da disponibilização de estruturas e serviços para o desenvolvimento da agroecologia, a Prefeitura de Barra do Turvo no começo dos anos 2000 esteve mais presente, com a existência da Casa de Agricultura e a oferta de mudas e sementes para os agricultores que iniciavam a produção agroecológica. Auxiliava, ainda, no transporte, em que emprestava o caminhão de lixo utilizado pelo município semanalmente para que a Cooperafloresta levasse às suas produções para as feiras de Curitiba. Atualmente, no entanto, a Prefeitura não presta serviços específicos para os agricultores agroecológicos, tampouco possui contato com a Cooperafloresta, de modo que não desenvolve políticas e projetos voltados à produção e comercialização agroecológica. Observou-se

que a Prefeitura não oferece meios de incentivo para os agricultores e também não disponibiliza espaços voltados à essa produção, não organizando feiras locais, por exemplo.

Ademais, nota-se um afastamento entre a esfera da sociedade civil e governo local, o que segundo os agricultores ocorre devido às constantes trocas de governo, que inviabilizam a continuidade de políticas e prestação de serviços, assim como a criação de laços e relações com a população. Uma hipótese é que a Prefeitura de Barra do Turvo ainda não considera a temática da agroecologia e por consequência não se envolve com a Cooperafloresta, de modo a não impulsionar o desenvolvimento da produção agroecológica no território. Não obstante, vale ressaltar que em conversa com o diretor do Departamento de Abastecimento, Agricultura e Pecuária, da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico do município esse possuía conhecimento sobre a Associação e ainda que demonstrasse interesse em realizar algo voltado à agroecologia, não havia propostas concretas e estruturadas para tal.

Como um sintoma desse afastamento e devido à descrença no governo municipal, a Cooperafloresta desde a sua fundação procurou outras possibilidades e se desenvolveu recorrendo a editais, projetos de financiamento e ações de parcerias entre organizações do terceiro setor, empresas e universidades. Acessou diversos projetos, dentre eles o Projeto Iguatu, financiado pela Petrobras, desenvolvido em 2008 e resultado da ação e articulação entre organizações e associações de agricultores agroecológicos de São Paulo e do Paraná, envolvendo também a Universidade Federal do Paraná (UFPR); o Projeto Agroflorestas, em parceria com a EMBRAPA Florestas, e o Projeto Agroflorestar, com recursos da Petrobrás, ambos desenvolvidos em 2011, sendo o Agroflorestar renovado nos anos de 2014 e 2016. Ofereceram, de um modo geral, capacitações, maquinários, insumos e infraestrutura, como também possibilitaram maior visibilidade à Cooperafloresta, de modo que segundo os agricultores entrevistados, os projetos acessados foram essenciais para que se fortalecesse uma rede entre os agricultores e a agroecologia, e, logo, para que a Associação se desenvolvesse.

Para não depender de meios de transporte da Prefeitura Municipal, a Cooperafloresta possui os seus próprios veículos, sendo eles 3 caminhões, 4 motos, 4 carros e 1 perua, advindos dos projetos acessados. Devido a questões financeiras, é de interesse atual da Associação vender alguns veículos que não estão sendo utilizados, como uma forma de impulsionar o desenvolvimento da agroindústria.

Não obstante, percebe-se dinâmicas atuais que afetam tanto a Cooperafloresta quanto o desenvolvimento da agroecologia como um todo no território estudado. Do ponto de vista da Associação, a quantidade de associados vem, nos últimos anos, decrescendo, devido a diminuição dos projetos acessados, uma vez que no ano de 2016 diversos projetos foram finalizados e que até o momento nenhum outro projeto está sendo acessado. Esse aspecto associado com o fato da não

diversificação dos canais de comercialização, os quais são os mesmos há anos, acaba por desestimular alguns agricultores a continuar produzindo agroecologicamente. Esses aspectos, na visão de Gilmar, são positivos pois demonstram quem está comprometido e interessado com a agroecologia e quem deseja apenas se beneficiar dos projetos. Segundo ele, muitos agricultores passaram a se associar na Cooperafloresta na medida em que os projetos eram acessados, visto que esses traziam diversos benefícios aos agricultores. Nota-se, portanto, uma fase de recuo da Associação.

Por essa razão, a Cooperafloresta está se reorganizando, buscando investir assiduamente na agroindústria a fim de explorar a sua capacidade e então escoar mais produção dos agricultores, através do beneficiamento de alimentos. Busca-se, ainda, diminuir as perdas dos agricultores e também agregar valor aos alimentos produzidos, como uma forma de atrair mais agricultores e também de possibilitar o aumento da renda dos associados.

Observa-se, ainda, um recuo da agroecologia no território estudado, uma vez que a criação de búfalos cresce exponencialmente, o que combinado com a pecuária da região, representa um avanço da agricultura convencional. Se em 2000 a agroecologia se expandia, hoje o que se expande é a pecuária, que se aproxima cada vez mais das propriedades agroecológicas e atrai uma parcela expressiva da população local.

5.4 A dimensão sociocultural

Nesta dimensão será abordada a questão da qualidade de vida dos agricultores a partir da introdução da agroecologia em suas vidas e a sociabilidade, mais precisamente, as relações estabelecidas consigo mesmo e com o entorno.

5.4.1 Qualidade de vida

A partir do discurso dos agricultores entrevistados e da observação in loco, observa-se mudanças no que tange à qualidade de vida dos mesmos, envolvendo aspectos financeiros, alimentares, relacionais e pessoais. Essas mudanças advêm da introdução da agroecologia em suas vidas, tanto do ponto de vista da produção quanto dos princípios que norteiam a prática, uma vez que ao disseminar a observação da natureza, suas relações, o respeito à Terra e à natureza, impacta-se na forma com que se vê o mundo e se relaciona com ele. Nesse sentido, ao aprender o cultivo agroecológico da terra, passa-se, como pode ser observado em Barra do Turvo, a desenvolver o cultivo das relações humanas, sejam elas intra ou interpessoais.

Segundo Pedro Oliveira, fazer parte da Cooperafloresta e praticar a agroecologia há mais de 20 anos, alterou a sua vida completamente. Antes nada dava certo em sua produção, devido à má

qualidade do solo e escassez de meios de produção; não havia forças nem dinheiro para começar algo novo, tampouco conseguia sobreviver com o que possuía. Não havia perspectivas de melhora e imerso no contexto de pobreza e violência rural, seus ídolos eram aqueles que “mais matavam gente”, os quais detinham o poder no campo. Em suas palavras, não era possível continuar vivendo nesse cenário em que a escassez, o medo e a violência predominavam.

A partir do desenvolvimento da agroecologia em sua propriedade, através do contato com agricultores e agrônomos agroecológicos que estavam disseminando a prática, Pedro passou a ver uma nova possibilidade de fazer as coisas. Aos poucos a terra se tornava fértil, a produção dos alimentos aumentava e, conseqüentemente, a renda ligada à produção, que foi por muito tempo a sua única fonte de renda. Nesse ínterim, sua mente e suas perspectivas acerca da vida também estavam se alterando, de modo que rapidamente Pedro foi se tornando uma nova pessoa. Em seus dizeres: “se não fosse a agroecologia eu teria ido embora, sabe? Embora mesmo. Teria tomado uns remédios, dado algum jeito de não pertencer mais à esse mundo. A agroecologia me manteve vivo e me mantém até hoje”.

Além dos impactos positivos na saúde mental dos agricultores, impactos na saúde física também se fazem presentes. Com a produção agroecológica, livre de agroquímicos e desenvolvida por meio das SAF's, a alimentação dos agricultores melhorou radicalmente. Se antes existia um contexto de fome, em que não era possível produzir mandioca (um dos alimentos que é possível produzir em um solo ácido, pouco fértil) e a alimentação era precária do ponto de vista nutricional, nos dias de hoje se produz mais de 100 alimentos, possibilitando a partir da diversidade e qualidade dos alimentos, uma alimentação saudável aos agricultores.

Ainda, com a abundância da natureza que foi retomada através dos SAF's desenvolvidos, tem-se uma variedade não só de plantas alimentícias como também de plantas medicinais. Os agricultores retomaram conhecimentos tradicionais e quilombolas em suas vidas, passando a produzir medicamentos e cosméticos naturais como pomadas, chás, xaropes e óleos através de suas próprias produções. Ao se alimentar dos alimentos que produzem e se cuidar através de formas naturais, a saúde física dos agricultores melhorou significativamente e ainda, a situação financeira, uma vez que há uma economia de gastos com a alimentação e com a saúde no geral que impacta diretamente na renda dos agricultores.

Isso foi vivenciado durante o estudo *in loco*, em que ao alojar-se na propriedade de Pedro durante 2 dias, a alimentação foi basicamente advinda da sua própria produção, sendo complementada com alimentos, como arroz e trigo, produzidos por outros produtores, a partir das trocas realizadas. Essas também contribuem para a diminuição dos gastos dos agricultores.

Uma das maiores mudanças quanto à renda foi que alguns agricultores passaram a receber muitas visitas de pessoas interessadas em conhecer o trabalho que eles vêm realizando, como

agrônomos, universitários, pesquisadores e pessoas do movimento da agroecologia, tanto do Brasil quanto de outros países. Segundo Gilmar Batista, Barra do Turvo recebe mais de 800 pessoas por ano interessadas em conhecer as produções e os produtores agroecológicos da Cooperafloresta, as quais visitam e se alojam em algumas propriedades. Essas visitas são, atualmente, indispensáveis para que os agricultores continuem a produzir, tendo em vista que os mercados acessados pela Cooperafloresta não escoam toda a produção e que muitas vezes os valores pagos pelos produtos in natura pagam a produção, porém não fornecem lucro, impossibilitando que o agricultor invista na sua propriedade.

Essas visitas, contudo, dão um maior e mais rápido retorno aos agricultores, visto que os agricultores cobram uma taxa para a estadia e as refeições oferecidas. Ainda que esses valores sejam simbólicos, como R\$15,00 pela pernoite e R\$20,00 aproximadamente por refeição, eles possibilitam com que a partir desse acréscimo de renda, os agricultores passem a investir em suas produções e também em outros dispositivos, como é o caso do Pedro de Souza que fundou o Centro de Envolvimento Agroflorestal Felipe Moreiraa fim de receber mais pessoas interessadas no tema da agroecologia para capacitá-las, realizar cursos e eventos.

Vale pontuar que não são todos os agricultores da Cooperafloresta que recebem visitas, tanto devido a estrutura de suas propriedades quanto ao interesse dos agricultores em realizar tal atividade, A Comunidade que mais recebe visitantes é a Areia Branca, que detém a maior parte de quilombolas da associação.

Ainda, com a produção dos SAF's que gera grande diversidade e quantidade de alimentos, alguns agricultores passaram a desenvolver outros produtos de forma autônoma, como o beneficiamento de frutas, verduras e legumes a fim de diversificar e aumentar a renda familiar, como é o caso de Maria Lúcia Moreira. Esses produtos são vendidos presencialmente, quando as visitas são realizadas e também comercializados em redes de comércio de produtos ambientalmente justos, que possibilitam o acesso a mercados solidários, como é o caso de algumas agricultoras que integram a Sempre Viva Organização Feminista (SOF).

Nesse sentido, foram alçados a patamares extralocais que expressam uma expansão territorial de vivência ao se inserirem em redes regionais como a Rede Ecovida de Agroecologia e a SOF que, por sua vez, os vinculou a outras redes nacionais e internacionais. Os agricultores passaram, ainda, a realizar intercâmbios com outras organizações, como o Assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto (SP) e o Assentamento Contestado, na Lapa (PR), com o intuito de troca de experiências técnicas e organizacionais. Essas ações manifestam dinâmicas de reciprocidade e solidariedade que permitem a ampliação das redes em torno da agroecologia e agrofloresta, trazendo valorização, senso de pertencimento e também expansão. Ademais, muitos agricultores participaram de encontros regionais e nacionais em que trocaram conhecimentos e construíram

laços de identidade com muitos que também se viram em situações-limite como as que estiveram por muito tempo e que procuraram modificar, através de um sistema holístico de planejamento de permanência do homem na terra, através da agroecologia.

5.4.2 Sociabilidade

A Cooperafloresta é uma associação de agricultores familiares com destaque da participação de famílias que vivem em comunidades quilombolas e outras comunidades reconhecidas como tradicionais no meio rural. No entanto, percebe-se que nestas comunidades não simplesmente se reproduzem as condições e características de sociabilidade do rural tradicional, mas se criam novas relações sociais e novos processos culturais, assim como se reconstituem as relações dos agricultores com a natureza.

Desde 2000, os agricultores agroecológicos de Barra do Turvo se organizam em grupos em determinados bairros e realizam mutirões frequentes, ações de antigo costume da população quilombola que foi sendo retomado ao longo do tempo. Os mutirões ocorrem para que os agricultores possam auxiliar uns aos outros, tanto no sentido da produção e atividade da agrofloresta, que requer constante manejo, quanto no aprendizado, para que se troque experiências e para que cada um “conheça a roça do outro”.

Os mutirões de trabalho possuem um forte caráter prático na medida em que a qualidade e quantidade de serviço conseguidos por meio do mutirão são maiores do que aqueles individuais. Não obstante, tem-se que o aprendizado adquirido nos mutirões ainda que seja essencial como a técnica da agrofloresta em si, supera o nível prático uma vez que deflagra um processo de formação e transformação integral do ser humano, de modo a contribuir para as mudanças de paradigma e de atitudes, bem como para a compreensão e incorporação de novos conceitos e práticas no cotidiano de cada um. Não somente, os mutirões possibilitam as trocas de felicidades, ambições, dúvidas, sonhos e experiências.

A Cooperafloresta é organizada em grupos de associados com base na proximidade geográfica e social (em geral coincidentes: as famílias e amigos formam grupos no mesmo espaço em que se delimitam as comunidades ou bairros rurais, com algumas poucas exceções de grupos formados por famílias de mais de uma comunidade). Algumas comunidades acabam tendo mais que um grupo em função do número de famílias associadas e nesses casos, existe uma tendência e predomínio dos vínculos familiares na formação de grupos. Atualmente, os 22 grupos organizados em bairros se reúnem quinzenalmente (ou semanalmente) em mutirões agroflorestais, onde trabalham coletivamente o manejo das agroflorestas, trocam saberes, angústias, percepções e também discutem as questões relativas à sua organização e funcionamento da Associação. Ainda,

cada grupo elege um representante para um Conselho, que junto com uma Diretoria eleita por todos os associados, administra a Cooperafloresta.

Participar dos mutirões é algo obrigatório para os associados, estipulado no próprio estatuto da Cooperafloresta. Sempre que há mutirão, é preciso tirar fotos do mesmo para que haja comprovação da atividade, sendo que caso não haja participação, existem medidas punitivas que podem decorrer no desvinculamento do agricultor. Essa obrigatoriedade é conhecida por todos os agricultores, que além de valorizar a própria atividade em si, se comprometem continuamente devido à essa disposição obrigativa.

No caso da Cooperafloresta, observa-se que as relações de ajuda mútua são resgatadas no processo de produção por meio da agrofloresta e agroecologia. Essas ações de solidariedade e reciprocidade advém do interconhecimento que as comunidades de parentela e de vizinhança estabelecem, sendo causa e efeito de processos de aprendizado e ensino e das ações de troca que se dão em dimensões não produtivas constituídas no âmbito das dinâmicas de convivência comunitária. Ao mesmo tempo em que as relações de ajuda mútua são características históricas das comunidades camponesas, transformam-se em novas práticas e simbologias que atualizam a condição camponesa. Essa nova realidade implica uma revalorização dessa condição-pensada agora como base para a construção da sustentabilidade, não só da unidade familiar, mas também da comunidade, sociedade e do planeta.

A organização dos agricultores em torno de um mesmo fim perpassa a própria comunidade, uma vez que além da atuação intracomunitária ocorrem também uma articulação intercomunitária. Nessa, os agricultores de comunidades específicas (como a Areia Branca, por exemplo), contribuem, na medida do possível com outras comunidades, mas buscam, sobretudo, desenvolver suas agroflorestas e superar as dificuldades específicas, como a distância e os problemas de deslocamento.

Ao conversar com os agricultores, nota-se a importância dos mutirões para unir os agricultores agroecológicos. Ainda que alguns dizem que é cansativo e que muitas vezes nem todos trabalham, ficando muitas vezes inativos durante o mutirão, a atividade acaba por reunir os agricultores de uma mesma realidade social e local, o que antes não existia de forma articulada. Segundo Pedro de Souza, antes os agricultores se viam como inimigos, competiam para vender os seus produtos e não se relacionavam de forma alguma, resultando em uma proximidade apenas geográfica e não relacional.

Entretanto, através da Cooperafloresta e da comercialização por meio do associativismo, houve uma aproximação dos agricultores, os quais passaram a se ver juntos, e não sozinhos, o que colabora não só na adoção e continuidade das práticas agroflorestais como também na criação de um senso de coletividade..A aproximação tornou-se de fato um elo entre os agricultores através dos

mutirões, em que é possível pensar e repensar tanto na produção e comercialização dos alimentos quanto nos aspectos da vida, uma vez que a história dessas pessoas possui traços em comum, antes não compartilhados entre si.

Por fim, pode-se dizer que a solidariedade desenvolvida pelos agricultores pode ser vista em uma perspectiva de gestão socioambiental que potencializa não só a sociabilidade e as relações interpessoais como também inaugura uma reorientação estratégica na organização sustentável da população rural de Barra do Turvo.

6. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo compreender as dinâmicas territoriais rurais geradas pela adoção da agroecologia na região de Barra do Turvo em São Paulo, para analisar a contribuição destas para a região e para os agricultores.

A partir de pesquisa de vertente qualitativa, pode-se ampliar o conhecimento acerca das dinâmicas territoriais rurais e sistemas agroflorestais representados pela agroecologia, como formas de acrescentar ao debate sobre a questão rural no Brasil e refletir sobre alterações e avanços ao longo do tempo. Junto a isto, compreende-se que é necessário acompanhar as mudanças de políticas públicas no âmbito da agricultura familiar, agroecologia e de territórios rurais que vem sendo significativamente modificadas pelo Governo Federal.

Como analisado no referencial teórico, a agroecologia vem se desenvolvendo no Brasil e em outros países de forma expressiva, sendo pauta de diversos debates nacionais e internacionais assim como de políticas públicas e ações da sociedade civil. Há, neste sentido, um crescimento de associações, organizações e articulações ligadas à temática que, a partir de redes estabelecidas impulsionam o desenvolvimento da agroecologia tanto como ciência, prática e movimento. A partir de Encontros e Congressos nacionais e internacionais, assim como da ação das organizações como a Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA) e a Organização das Nações Unidas (ONU) que dialogam com a temática, observa-se um fortalecimento e uma consolidação institucional da agroecologia em diversos níveis, tanto nacional quanto internacional que permeiam o primeiro e o terceiro setor, e que envolvem em determinadas medidas o segundo setor.

Embora atualmente exista no Brasil uma fragilização das temáticas da agroecologia e agricultura familiar em nível de políticas públicas federais, pode-se dizer que há aspectos que avançaram e permanecem sendo desenvolvidos pelos próprios agricultores que aderiram à prática, apoiados por estudos acadêmicos e por entidades da sociedade civil, de modo que a agroecologia segue presente e resiliente.

Ao analisar o território estudado, nota-se que o principal agente implementador da agroecologia foram os agricultores, em ações relacionadas ao território ao qual estão localizados, incluindo formas de organização coletiva e ampliação de redes em outras regiões.

Ressalta-se a importância do surgimento de um ator que representasse efetivamente os agricultores, a Cooperafloresta, que ao funcionar como um agente impulsionador, desempenhou um papel fundamental, ao reunir os agricultores agroecológicos e estimular relações de troca, convívio, sociabilidade e viabilidade econômica, gerando dinâmicas tanto no nível pessoal quanto social, e impactando, ainda, no nível local.

Neste contexto, as dinâmicas entendidas como o resultado das interações entre os componentes econômicos, sociais, ambientais e sócio-institucionais do território são de grande relevância e revelam dentre as características dos territórios, a tradução, no espaço e tempo, das repercussões das ações dos atores e das relações de alianças e conflitos entre eles (PIRAUX, 1999 e 2007).

Assim, a partir das dinâmicas geradas pela agroecologia na região de Barra do Turvo, notam-se impactos nas quatro dimensões analisadas que envolvem aspectos do território e também refletem como esse está em constante modificação. A solidariedade desenvolvida pelos agricultores pode ser vista em uma perspectiva de gestão socioambiental que potencializa tanto a sociabilidade e as relações interpessoais quanto inaugura uma reorientação estratégica na organização sustentável da população rural de Barra do Turvo. Não obstante, ao mesmo tempo em que se tem um grande desenvolvimento da agroecologia em Barra do Turvo, nota-se movimentos contrários a isso, como o aumento da agropecuária a partir da criação de búfalos e a atenção reduzida do governo municipal a este tipo de produção e ao turismo.

Em um contexto nacional politicamente conturbado, em que o Governo Federal não estabelece como prioridade, nem possui vontade política em pautar o desenvolvimento da agricultura familiar e da agroecologia na agenda governamental, tem-se um cenário desfavorável para a temática na atualidade. Ademais, como o governo local de Barra do Turvo também não oferece serviços e incentivos para o desenvolvimento da agroecologia e, sobretudo, não desenvolve políticas e projetos que estimulem a organização coletiva dos pequenos produtores, a Cooperafloresta, passa por um momento delicado.

Esta, contudo, organiza-se em meio a esses desafios, buscando outras fontes de recursos e desenvolvendo estratégias próprias, como a não dependência de meios de transporte da Prefeitura Municipal, o acesso a projetos de financiamento e ainda modificações em sua própria estrutura para impulsionar o desenvolvimento da Associação, através da otimização de recursos e estímulo à agroindústria, por exemplo.

Por fim, considerando o estudo realizado na região de Barra do Turvo no Vale do Ribeira em São Paulo, impõe, acompanhar se as capacidades desenvolvidas pela Associação seguirão sustentáveis e se possuem condições de expansão. Neste sentido se questiona qual a capacidade da agroecologia em se sustentar a longo prazo frente aos retrocessos governamentais e ao baixo grau de relação com o poder municipal, assim como quais as possibilidades da agroecologia em impactar ainda mais localmente, uma vez que existe um movimento de expansão extraterritorial das práticas agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores de Barra do Turvo e localmente a prática vem perdendo espaço no território estudado. Quanto a isso, recomenda-se a continuidade de pesquisas que analisem potencialidades de estabelecimento de uma ação pública por parte da sociedade civil,

que impulsionem a formulação de políticas públicas para apoio às atividades agroecológicas e agroflorestais, além da criação de dispositivos de participação política em nível local.

7. Referências

ALTIERI, M.A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável* – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

_____. *Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture*. Boulder: Westview Press, 1987

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. [S.I.]: ANA. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/textos.php?id=Agroecologia>>. Acesso em 30.04.2016.

_____. Boletim. Disponível em <<http://www.agroecologia.org.br/noticias/noticias-para-o-boletim/756-movimentos-sociais-se-reunem-com-governo-para-avaliar-plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica>>. Acesso em 24/05/2017.

BAGNASCO, A. *Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italia- no*. Bologna: Il Mulino, 1977.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. *Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais*. Nova Economia, Belo Horizonte, n. 14, p. 35-70, set./dez. 2004.

BORGES, Zilma. *A configuração do Trabalho em Redes Sociais Produtivas: experiências na agricultura familiar em dois núcleos da Rede de Agroecologia Ecovida*. São Paulo, 2009.

_____. *Inovações no modelo de negócio da Agricultura Familiar brasileira: o caso da Rede Ecovida*. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2012, Salvador-BA. XII Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2012.

BRASIL, 2004. Grupo de Trabalho Ater. “*Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004*”, Brasília, 12 p.

_____, 2009. Instrução Normativa n.o 4, de 8 de setembro de 2009. Diário oficial da união, 09.09.2009.

_____, 2009. Revista Territórios da Cidadania. Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. 2009.

_____, 2010. Resolução Conama n.o 425, de 25 de maio de 2010.

_____, 2011. Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. *Estatísticas do meio rural 2010-2011. 4.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural*; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo.2011.

_____,2012. Lei n.o 12.651, de 25 de maio de 2012. Diário oficial da união.

_____, 2013. Atlas Brasil. Disponível em <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barra-do-turvo_sp>. Acesso em 19/04/2017.

_____,2016. Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/manutencao.html?p_id=56&p_ibge=35&p_geo=0&p_search=barra%2520do%2520turvo>. Acesso em 01/05/2016.

_____,2017b. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-13%20Artigo%20Bianchini%20e%20Jean%20Pierre.pdf>. Acesso em 27/04/2017.

_____, 2017a. Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA CadernoPRONAF. Disponível em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/CADERNO_PRONAF_AGRO ECOLOGIA_FINAL.pdf>. Acesso em: 18/04/2017.

BRASIL, ANDI. *Para Onu, Agricultura convencional não combate a fome*. Disponível em: <http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/destaque-inclus-sustent/para-onu-agricultura-convencional-nao-combate-a->, acesso em 20/05/2017.

BRASIL, PORTAL EBC. *Agricultura é quem mais gasta água no Brasil e no mundo*.Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/03/agricultura-e-quem-mais-gasta-agua-no-brasil-e-no-mundo>>. Acesso em 20/05/2017.

BRASIL, PORTAL BRASIL. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>.

Acesso em: 27/04/2017.

BRASIL, CARTA MAIOR. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/A-agroecologia-e-o-Programa-deAquisicao-de-Alimentos-PAA/3/36284>> Acesso em 22/05/2017.

CANUTO, J.C. (1998) Agricultura ecológica en Brasil: perspectivas socioecológicas, Thesis, Universidad de Cordoba, Spain, 200 p.

CENTRO Latino Americano de Desarrollo Sustentable - CLADES. Disponível em <<http://www.clades.cl/index.htm>>. Acesso em 24/06/2017.

CHAMBERS, R. Rural development: putting the last first. London: Longman, 1983. 246 p.

COOPERA FLORESTA. Estatuto social. [S.l.: s.n.], 2004.

_____. [Dados brutos da comercialização no período de 2008-2010]. Barra do Turvo, 2011b.

COURLET C.; PECQUEUR, B. *Industries et dynamiques de territoires. Revue d'économie industrielle*. Paris, 1993.

DATAVIVA. Disponível em

<http://www.dataviva.info/pt/location/4sp060100/wages?menu=wage-industry-tree_map&url=tree_map%2Frais%2F4sp060100%2Fall%2Fall%2Fcnae%2F%3Fcolor%3Dcolor%26depth%3Dcnae_6%26size%3Dwage>. Acesso em 20/04/2017

DELGADO, G. da C. (2005). *A questão agrária no Brasil, 1950-2003*. In: JACCOUD, L. (orga.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília, IPEA, p. 51-90.

_____. *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*, 2009. Brasília, IICA e MDA.

DEMATTEIS, G. *Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali*. In: BONORA, Paola. *Slot, quaderno 1*. Bologna: Baskerville, 2001. p. 11-30.

ECHEVERRI, P, R. *Identidade e Território no Brasil*, ano desconhecido. IICA, Brasil.

EMPRESA Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. *Marco referencial em agroecologia*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, 2006 70 p.

FROUFE, L. C. M.; RACHWAL, M. F. G.; SEOANE, C. E. S. *Potencial de sistemas agroflorestais multiestrata para sequestro de carbono em áreas de ocorrência da Mata Atlântica*. Pesquisa Florestal Brasileira, Colombo, v. 31, n. 66, p. 143-154, abr./jun. 2011.

GÖTSCH, E. *Break-through in Agriculture*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro. 2000.

_____. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA. Disponível em <<http://www.iicabr.iica.org.br/iica-no-brasil/>>. Acesso em: 20/03/2017.

INSTITUTO Socioambiental - ISA. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/impactos-socioambientais-da-mineracao-no-vale-do-ribeira-sao-debatidos-em-seminario>>. Acesso em 27/03/2017.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. *O Mercado de Orgânicos no Paraná: caracterização e tendências*. Curitiba: IPARDES, 2007.

KHATOUNIAN, C. A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. 1. ed. Botucatu/Londrina: Agroecológica/IAPAR, 2001. v. 1. 348 p.

LEVY J.; LUSSAULT M. (coord.). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Ed. Belin, 2003.

LUTZENBERGER, J. (1976) *Fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Movimento (L&PM Ed).

MARCON, M. *Fatores relacionados à sensibilização de agricultores de Barra do Turvo na adoção de agroflorestas*. São Paulo: Procam/USP, p. 21. Dissertação de Mestrado, 2002.

MAY, P. H.; TROVATTO, C. M. M. *Manual agroflorestal para a mata atlântica*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. 196 p.

NÚCLEO de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento de comunidades rurais*. 2006.

PEREZ-CASSARINO, Julian Perez. *A Construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da rede Ecovida de agroecologia*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PERMACULTURE RESEARCH INSTITUTE. *UN: Only small farmers and agroecology can feed the world*. Disponível em <<https://permaculturenews.org/2014/09/26/un-small-farmers-agroecology-can-feed-world/>>. Acesso em 15/05/2017.

PINTO, L. F. G.; PRADA, L. de S. Fundamentos da certificação. In: ALVES, F.; FERRAZ, J. M. G.; PINTO, L. F. G.; SZMERCZANYI, T. (Org.). *Certificação socioambiental para a agricultura: desafios do setor sucroalcooleiro*. Piracicaba: Imaflora; São Carlos: EdUFSCar, 2008. p. 20-36.

PIRAUX, M. *Intensification et diversification des systèmes de production dans un contexte à risque*. Le cas du bassin arachidier sénégalais. Tese de doutoramento, Faculté Universitaire des Sciences Agronomiques de Gembloux (Belgique), 1999.

_____. *As dinâmicas territoriais: definição e análise*. Curso de "Desenvolvimento rural sustentável e territorial". Cirad/Universidade Federal de Campina Grande, 2007.

POCHMANN, Marcio (Org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade*. São Paulo: Cortez Editora e Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

RAFFESTIN, C. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Litec, 1980.

_____. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REDCLIFT, M.; GOODMAN, D. The machinery of hunger: the crisis of Latin America food systems. In: GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. *Environment and development in Latin America*. Manchester: Manchester University Press, 1991. p. 48-78.

REDE ECOVIDA. *Quem somos?* Disponível em <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>>. Acesso em 24/08/2016.

SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: Ed. EDUSP, 2007

SOCIEDADE Latinoamericana de Agroecologia - SOCLA. Disponível em <<https://www.socla.com>>. Acesso em 15/05/2017.

SPINK, Peter Kevin. *O pesquisador conversador no cotidiano*. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre , v. 20,2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822008000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23/06/2017.

STEENBOCK, W. et al. “*Agrofloresta, ecologia e sociedade*”. Curitiba: Kairós, 2013.

THERY, H. et al. *Padrão de uso e ocupação do território e suas principais tendências de transformação*. São Paulo, 2006.

TOLEDO, V.M; CARABIAS, J; MAPES, C; TOLEDO, C. *Ecologia y Autosuficiencia alimentaria*. México: Siglo Veintiuno, 1985

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA, 2008.

WEZEL et al, *Agroecology as a science, a movement and a practice. A review* *Agron. Sustain. Dev.* INRA, EDP Sciences. 2009.

ZONIN, W.G. (2007) *Transição agroecológica: modalidades e estágios na RMC (Curitiba Metropolitan Region)*, Tese de Doutorado. Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 282 p.

8. Anexos

Anexo 1: Roteiro de pesquisa

Perguntas semiestruturadas para a pesquisa de campo		
Prefeitura	Agricultores da Cooperafloresta	Dirigentes da Cooperafloresta
Existem políticas municipais de incentivo que à agricultura agroecológica na Barra do Turvo?	Pensando na trajetória da Coopera, em sua visão, o que fez com que a Coopera chegasse até onde chegou?	Como a Coopera atua junto aos agricultores para desenvolver a agroecologia na região?
Como os agricultores se organizam na região? Existe o conhecimento acerca do que vem sendo realizado pela Cooperafloresta?	Qual a relação com o Setor Público?	Quais são os fatos marcantes? E os atores relevantes?
Qual a relação com a Cooperafloresta?	Existem produtores agroecológicos da Barra do Turvo que não estão associados na Cooperafloresta?	Qual a relação com o Setor Público?
De que formas a agroecologia tem sido desenvolvida na região? Muita gente adotou a agroecologia? Desde quando? Este número tem crescido? Para onde vendem? Quais os desafios e quais os fatores que favorecem?	Qual o papel da Cooperafloresta para você? E para outros agricultores? A Cooperafloresta atua também com compradores e outras instituições?	Qual o papel da Cooperafloresta para você? E para outros agricultores? A Cooperafloresta atua também com compradores e outras instituições?
Existem dinâmicas (lógicas) que favorecem que a agroecologia venha tomando proporção na Barra do Turvo? Quais fatores favorecem estas dinâmicas? Eles são de ordem econômico, político, territoriais ou outros?	Existem lógicas que favorecem que a agroecologia venha tomando proporção na Barra do Turvo? A Agroecologia é incentivada? Por quem?	Em que medida a Cooperafloresta afeta a vida dos agricultores? Você sente que as coisas mudaram ao longo do tempo? De que forma?
A prefeitura apoia os agricultores? De que forma?	A prefeitura apoia os agricultores agroecológicos? De que forma?	Existem produtores agroecológicos na região que não estão associados na Cooperafloresta?
Existe algo local de apoio à agricultura? Alguma política pública específica voltada para isso?	Os agricultores acessam quais políticas públicas? Existe algo em nível local voltado à produção agrícola?	A Cooperafloresta é influente na região? E fora da região? Qual o alcance?
Existe um plano diretor? Um norte que considere os aspectos agroecológicos que estão sendo desenvolvidos?	Vocês comercializam produtos em Barra do Turvo? Quais outros lugares?	Os agricultores acessam quais políticas públicas? Existe algo em nível local voltado à produção agrícola?

Quais os impactos que a Agroecologia trouxe para Barra do Turvo?	A Agricultura é sua única fonte de renda de Barra do Turvo?	Existem lógicas que favorecem que a agroecologia venha tomando proporção na Barra do Turvo?
A Agricultura é a única fonte de renda de Barra do Turvo? Quais são as outras fontes de renda do município? Qual a contribuição da agroecologia em termos percentuais?	A Coopera cresceu ou diminuiu ao longo do tempo? Quantos agricultores tinham no início e quantos tem agora?	A prefeitura apoia os agricultores? De que forma?
A Agroecologia é algo típico na região ou só em Barra do Turvo?	Quais os impactos que a Agroecologia trouxe para a sua vida? E para Barra do Turvo?	A Coopera cresceu ou diminuiu ao longo do tempo? Quantos agricultores tinham no início e quantos tem agora?
Existe relação com a Prefeitura de Adrianópolis?	De que forma a Agroecologia trouxe mudanças para a sua vida? E para a vida de outros agricultores?	De que forma a Agroecologia trouxe mudanças para a sua vida? E para a vida de outros agricultores?
	Você sempre foi agricultor? Comparando a sua vida hoje e a sua vida antes, algo melhorou? O quê?	Quais os impactos que a Agroecologia trouxe para sua vida? E para Barra do Turvo?
	Como são as suas relações com outros agricultores?	Vocês comercializam produtos em Barra do Turvo? Quais outros lugares? Como as vendas foram se expandindo?
	Você sente que algo mudou na sua vida depois que você entrou na Coopera? De que forma?	A Agroecologia é algo típico na região ou só em Barra do Turvo?
		Quais os próximos passos da Coopera?

Anexo 2: Fotos do trabalho de campo



Produtos da Cooperafloresta



Centro de Envolvimento Agroflorestal Felipe Moreira
Propriedade de Pedro Oliveira



Tirolesa para entrar na propriedade de Pedro Oliveira



Caminho para chegar na casa de Pedro Olveira